



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

X LEGISLATURA (2014-2018)

6.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 25 DE JULHO DE 2017

Presidente: Exmo. Sr. José Diogo

Secretários: Exmos. Srs. Celmira Sacramento
Nenésio Afonso
Aérton do Rosário

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas e 35 minutos.

Procedeu-se ao debate, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 24/X/6.ª/2017 – Lei de Rectificação do Orçamento Geral do Estado (OGE) para o ano Económico de 2017.

Após apresentação da proposta pelo Sr. Primeiro-Ministro (Patrice Trovada) e da leitura do parecer da 3.ª Comissão, deu-se início ao debate, em que intervieram, além do Sr. Ministro das Finanças, Comércio e da

Economia Azul (Américo Ramos), as Sras. e os Srs. Deputados Maria das Neves (MLSTP/PSD), Jorge Amado (MLSTP/PSD), José António Miguel (ADI), Mário Rainho (ADI), Danilson Cotú (PCD), António Barros (MLSTP/PSD), Aérton do Rosário (MLSTP/PSD), Xavier Mendes (PCD), José Costa Alegre (ADI), Alda Ramos (ADI) e Vasco Guiva (MLSTP/PSD).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 13 horas e 50 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 9 horas e 45 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Adilson Cabral Managem
Alda Quaresma da Costa D' Assunção dos **Ramos**
Álvaro Martins das Neves
Anaydi dos Prazeres Ferreira
Arlindo Quaresma dos Santos
Berlindo Branco Vilela Silvério
Bilaine Carvalho Viegas de **Ceita**
Celmira d'Almeida do **Sacramento**
Egrinaldino de Carvalho Viegas de Ceita
Esmael da Glória Espírito Santo
Flávio Pires **Mascarenhas** dos Ramos
Gabriel Barbosa dos Ramos
Idalécio Augusto **Quaresma**
Ivo Mendonça da **Costa**
Joaquim Salvador Afonso
Jorge Sousa Ponte Amaro **Bondoso**
José António do Sacramento **Miguel**
José Carlos Cabral d'Alva
José da Graça **Diogo**
José Manuel Macumbo **Costa Alegre**
Levy do Espírito Santo **Nazaré**
Manuel da Graça **Narciso**
Mário Fernando Rainho
Martinho da Trindade **Domingos**
Milton Viegas Fernandes **Lima**
Nenésio Quaresma **Afonso**
Ossáquio Perpétua **Riôa**
Pedro Jorge de Abreu e **Carvalho**
Salcedas d'Alva Teixeira **Barros**
Sebastião Lopes **Pinheiro**
Silvestre **Moreno** Mendes
Wilder **Monteiro** dos Santos

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Aérton do Rosário Crisóstomo
Ana Isabel Meira **Rita**
António da Trindade Afonso dos Ramos
António das Neves Sacramento **Barros**
Arlindo **Barbosa** Semedo
Beatriz da Veiga Mendes **Azevedo**
Dionísio **Fernandes** Leopoldino
Gonçalo da Trindade de Apresentação
Jorge **Amado**
Maria das Neves Baptista de Sousa
Mohamed Guadalupe Ramos da **Glória**
Manuel da Cruz **Marçal** **Lima**
Vasco **Gonçalves** **Guiva**

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Danilson Alcântara Fernandes **Cotú**
Delfim Santiago das **Neves**
Filomena M. de Fátima dias X. de P. **dos Prazeres**
Jorge **Dias** **Correia**
José **Luís** **Xavier** **Mendes**

União dos Democratas para o Desenvolvimento (UDD):

Nelson Monteiro Dias da Mota

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, vamos dar inícios ao nosso trabalho com um e único ponto da Ordem do Dia que é o debate na generalidade da Proposta de Lei n.º 24/X/6.ª/17, Lei de Rectificação do OGE para o ano económico de 2017.

As Sras. e Srs. Deputados têm em vosso poder o Boletim Informativo com o tempo disponível para este debate, num total de dois dias com a duração de 10 horas, sendo cinco horas para cada dia.

O debate será realizado com base no artigo 209.º do Regimento com a duração mínima de dois dias e máxima de cinco dias, observando-se o disposto no artigo 158.º. Neste em particular, após a Conferência de Líderes optou-se por realizar o debate na generalidade durante dois dias.

O debate na generalidade é iniciado e encerrado com uma intervenção do governo e antes do encerramento dos debates cada grupo parlamentar tem o direito de produzir uma declaração sobre a referida proposta de lei.

Como já me tinha referido durante o debate a reunião não tem o Período de Antes da Ordem do Dia. Vamos imediatamente iniciar o debate na generalidade sobre a proposta de lei. A votação na generalidade terá o lugar após o encerramento do debate, ou seja, após as intervenções dos três grupos parlamentares e do governo.

Feito esses esclarecimentos vamos convidar Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo e o seu elenco governamental para ocupar os seus assentos nesta Augusta Assembleia de modo a iniciarmos a sessão de análise e discussão da Proposta de Lei n.º 24/X/6.ª/17 Lei de Rectificação do OGE para o ano económico e 2017.

Nesse sentido agradeço para convidarem o Sr. Primeiro-Ministro para deslocarem a sala.

Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, saúdo-vos em meu nome próprio e em nome das Senhoras e Senhores Deputados desta Casa Parlamentar.

Volto a frisar que estamos cá para fazer análise, discussão e aprovação da Proposta de Lei n.º 24/X/6.ª/17, Lei de Rectificação do OGE para o ano económico de 2017 e, de acordo com o artigo 209.º do Regimento da Assembleia Nacional, Vossa Excelência o Sr. Primeiro-Ministro deve iniciar o debate com uma intervenção ou alguém por ele indicado.

Portanto convido o Sr. Primeiro-Ministro para fazer a apresentação deste único ponto e informo que a V.ª Excelência dispõe de 30 minutos para efeito.

O Sr. **Primeiro-ministro e Chefe do Governo** (Patrice Trovoada): — Excelência o Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Sras. e Srs. Deputados, Excelências, Sras. e Srs. Membros do Governo, Excelências, minhas senhoras e meus senhores.

Ao tomar aqui a palavra, nesta Magna Assembleia, não me parece necessário repetir alguns pressupostos relativos a nossa economia e ao seu financiamento, pois, todos nesta sala, mas também os que se encontram fora dela e os demais compatriotas espalhados pelo mundo sabemos que a nossa economia vive sob uma dependência crónica extrema e hoje como no passado é graças a ajuda externa que atendemos a quase todas as necessidades.

É também de conhecimento público que o país gasta o que não tem, que o conjunto das nossas exportações dificilmente cobre 3% das nossas necessidades em despesas de capital, isto é, em investimento e enfim, que as nossas principais empresas públicas estão tecnicamente falidas.

A nossa administração é pletórica, ineficiente, pouco produtiva e bastante onerosa. Importa notar que esta realidade que aqui descrevo sumariamente não data de hoje e está a vista de todos. Como se costuma dizer o maior cego é aquele que recusa ver aquilo que está diante dos seus olhos.

Obviamente, que o governo leva a cabo um importante programa de reforma que não exclui nenhum sector da vida política, económica e social. Mas as reformas não são jamais pacíficas, tem sempre adversários que vêem os seus interesses ameaçados, precisam de ser interiorizadas e sobretudo carecem de tempo para que produzam efeito.

Sras. e Srs. Deputados, quando apresentei aqui perante vós no princípio deste ano de 2017 o OGE que se encontra em execução, em nome do XVI Governo constitucional, afirmei o seguinte:

«Apesar do cenário optimista ao médio prazo no que respeita aos fundamentais da economia e aos investimentos públicos, o ano de 2017 não deixará de continuar a ser um ano difícil e de sacrifícios. E quando assim é, outra solução não haverá senão adução de uma gestão rigorosa dos fundos públicos e uma execução criteriosa dos investimentos. A disciplina orçamental é fundamental para que toda a política do governo tenha sucesso num contexto de crise e ressecção global numa pequena economia que vive até então de favores».

Ainda nesta mesma alocução perante os dignos representantes do povo disse:

«As nossas relações de cooperação que pretendemos desenvolver com vários países já não visam a manutenção do *status quo* e a distribuição de rendas, de subsídios e outros apoios ao consumo de bens e serviços, sem ligação directa com a transformação económica do país, da sua economia real e da melhoria substancial das condições de vida dos mais pobres, razão pela qual teremos de mudar de paradigma neste sector de ajuda pública ao desenvolvimento». Disse ainda na mesma ocasião; «no entanto é preciso que não percamos de vista uma realidade sempre perceptível para todos». Pois, apesar de se tratar de uma lei da Assembleia Nacional o OGE não deixa de ser um instrumento de previsão e de utilização de receitas e despesas do Estado para cada ano e no caso vertente para o ano de 2017.

Trata-se por conseguinte de um acto de previsão e de autorização anual de cobrança de imposto e de mais receitas públicas, bem como de execução de despesas que devem ser suportadas pelo dinheiro público.

Os recursos inscritos no capítulo das receitas, dizia eu, não se encontra desde já nos cofres do estado, bem como poderão não ser total e efectivamente arrecadados pelo tesouro público. Daí, a dimensão do esforço que tem de ser feito por todos.

Mas o OGE é também uma ferramenta política e de gestão da sociedade de primeira grandeza, um instrumento de orientação e guia de acções do Governo, quer no domínio económico como financeiro. Importará notar que a estrutura do nosso orçamento faz com que uma boa parte da nossa arrecadação continua a ter uma origem exógena e as suas regras de afectação com mais de movimentação não se encontram sobre o nosso absoluto controlo.

Para demonstrar o grau de consciência que o Governo tinha da situação e do esforço que deveriam ser consentidos, a começar pelo próprio Governo, insisti dizendo que o Governo está por isso em negociações permanentes com vários parceiros, incluindo alguns cujos exercícios fiscais não coincidem com o nosso o que acresce obviamente dificuldades com o firme propósito de mobilizar, confirmar e sobretudo desbloquear recursos adicionais necessários ao financiamento de projectos inscritos no PIP.

Sr. Presidente da Assembleia Nacional, estava já assim anunciada a grande probabilidade de apresentarmos a esta Augusta Assembleia ao longo deste ano de 2017 um orçamento rectificativo com o propósito de ajustar o OGE as contingências de uma economia mundial que evolui de uma forma, cada vez mais erráticas e torna irrelevantes os instrumentos de controlo e previsão.

Minha senhoras e meus senhores, não há dúvida de que a previsão orçamental é um exercício particularmente difícil, sobretudo quando praticado a curto e médio prazo num contexto económico, financeiro nacional, internacional, carregado de incertezas e no qual São Tomé e Príncipe tem hoje verdadeiramente muito pouco a dizer.

A Lei de Finanças rectificativas que aqui apresentamos poderá oferecer a alguns uma plateia para criticar as previsões do Governo, assistidas até pelo FMI, Banco Mundial, BAD, União Europeia, e demais instituições internacionais que colaboram com o país, bem como a execução apresentada.

A verdade porém, é que só quem não conhece ou fingi não conhecer a realidade estrutural das nossas finanças públicas, a baixa produtividade do sistema tributário nacional, a nossa quase exclusiva dependência dos recursos externos, o contexto económico interno e externo e sobretudo o desfasamento entre as medidas de reformas adoptadas pelo Governo e seus efeitos a nível de uma maior resiliência da nossa economia ao choque externo pode duvidar da sinceridade e da realidade do orçamento apresentado para este ano e a rectificação que agora se submete a apreciação desta Magna Assembleia.

Esse orçamento rectificativo não representa nada mais, nada menos do que um ajuste em termos de receitas e despesas face a uma conjuntura que se revelou menos favorável, mas que permite em todo o caso o governo de continuar a beneficiar de um instrumento de realização dos seus objectivos políticos e económicos, bem como dos seus compromissos internos e externos, num quadro de maior racionalização transparência e de reorientações das suas prioridades.

A proposta do orçamento rectificativo hoje aqui apresentado exprime o compromisso do Governo em prosseguir com o processo de reforma e de transformação do país e a prossecução do bem-estar de todos os são-tomenses naquilo que é o mais essencial para a sua sobrevivência e desenvolvimento, enfrentando com determinação a dura realidade, tomando em devida consideração os compromissos perante a comunidade internacional, particularmente com o FMI que é um parceiro fundamental na mobilização de financiamento externos, principalmente dos recursos ligado ao apoio orçamental directo.

Apesar da ligeira retoma da actividade económica verificada com o aumento da importação de bens e equipamentos no primeiro semestre, apesar da melhoria do desempenho fiscal no primeiro semestre do corrente ano, apesar de um grande leque de medidas com vista a racionalizar as despesas públicas, controlar os gastos e aumentar receitas, apesar da implementação de um conjunto de medidas que permitem a redução dos atrasos do Governo em relação a único fornecedor de combustível do país, validadas e reconhecidas publicamente pelo FMI, em termos orçamentais a diminuição dos investimentos públicos associada a fraca actividade económica e redução do financiamento interno, ele próprio resultante da conjuntura económica pouco favorável, tiveram um impacto negativo na evolução das receitas públicas neste primeiro semestre. E a prudência obriga a adopção de medidas de reorientação de algumas receitas e despesas de modo a não agravar o défice e salvaguardar os necessários equilíbrios macroeconómicos.

Importa no entanto salientar, que no caso de produtos petrolíferos a queda dos seus preços no mercado internacional reflectiu negativamente sobre as receitas públicas, em especial a componente receitas aduaneiras onde se registou em 2016 uma diminuição na ordem de 36% comparativamente com o ano de 2015, o que condicionou negativamente a realização de algumas despesas consideradas inadiáveis proporcionando desta forma o aumento do défice primário interno para 3,1% do PIB em 2016, ou seja, mais 1.1% em relação ao valor inicialmente programado para o mesmo ano e mais 0,1% do valor registado em 2015 que foi de 3%.

Se não foi possível transferir na totalidade os efeitos da diminuição dos preços dos combustíveis do mercado internacional para o mercado interno, o Governo não aumentou o preço do combustível ao consumidor nem as taxas as cobranças da EMAE, procurando um justo equilíbrio e permitindo que o diferencial apurado entre os mesmos apreços que em 2016 atingiu cerca de 9 milhões de dólares serviu para reembolsar parte da dívida que o estado acumulou junto da ENCO pela não actualização dos preços em tempo oportuno.

A projecção inicial do défice primário interno de 1,8% do PIB para 2017 acordado com FMI teve como pressuposto de que o seu alcance se basearia essencialmente no aumento de receita em torno de 16,4% do PIB, ou seja, mais 0,7% do que o registado em 2016 e da realização de despesas com pessoal em torno de 8,5% do PIB menos 0,2% do PIB do que o realizado também em 2016.

A execução do orçamento no primeiro semestre deste ano de 2017, do lado das receitas registou-se melhoria.

De facto como dizia atrás também realçado pelo FMI, embora sejam absolutamente necessários esforços para cumprir a meta final do ano de 2017, resultado do impacto das medidas com actualização do imposto sobre o consumo na importação essencialmente de bebidas e tabaco.

Contudo, as necessidades incompreensíveis relativamente as despesas de corrente, particularmente dos sectores mais críticos e fundamentais para o desenvolvimento do país como a saúde, educação, justiça e segurança, não obstante o minucioso rigor no seguimento na realização das despesas, não impediram o facto preocupante de que o défice primário se situa-se em Junho em torno de 75% da meta prevista para todo o ano de 2017 prevista em 152 mil milhões de dobras.

Minhas senhoras e meus senhores, sem dúvida e apesar de uma conjuntura económica e financeira bastante desfavorável, São Tomé e Príncipe tem feito progressos notáveis no domínio do desenvolvimento humano, tendo a grande maioria dos índices de notação internacional registados uma alta.

A necessidade do reforço das políticas que conduzem a uma maior resiliência macroeconómica torna-se ainda mais evidente quando se associa a necessidade de busca permanente de recursos que garantem a consolidação dos indicadores sociais positivos até então alcançados com muito sacrifício, particularmente no âmbito do alargamento do acesso aos serviços de educação, saúde, água potável e sobretudo a energia sem qual quase tudo se torna impossível.

Esses avanços sociais se traduzem igualmente em custos e despesas recorrentes que devem ser continuamente suportados pelas receitas correntes que a economia tem necessariamente que gerar e o OGE tem rigorosamente de prever nos seus anos subsequentes.

Por outro, o anuncio pela comunidade internacional da saída para muito breve de São Tomé e Príncipe do grupo dos países menos avançados para integrar o grupo de países de rendimento médio confirma os progressos que atrás fizemos referência e não pode deixar de ser um motivo de regozijo para todo o país.

Esta decisão de graduação para o nível superior é obviamente vista e considerada como positiva para o país, na medida em que representa o coroar dos esforços consentido por todo o povo e a demonstração inquestionável do aumento da sua credibilidade a nível internacional.

Mas essa graduação por outro lado, transporta consigo enormes preocupações visto que o país deixará de beneficiar dos financiamentos necessários ao seu desenvolvimento assente no alto grau de concessionalidade e os recursos aos novos financiamentos terão lugar em condições menos favoráveis relativamente ao que hoje se observa.

Essa nova abordagem do financiamento deve ter sempre em conta a capacidade de endividamento do país o que significa que ao nível do endividamento do país acima do 80% do PIB se recomenda que o Governo seja prudente na contratação de novos empréstimos devendo ocorrer em condições de menos custos possíveis e que sejam aqueles, unicamente aqueles que visem a mudança de paradigma actual da economia são-tomense para um outro que proporciona o crescimento económico sustentado e acelerado bem como a geração de novas fontes de receita e que permite a redução da sua dependência do exterior.

Para efeito o desenvolvimento do sector privado através da mobilização de investimento directo estrangeiro constitui alternativa fundamental e incontornável ao financiamento do desenvolvimento do país. Tal inversão, exige para além dos incentivos fiscais infra-estruturas de base de qualidade cuja engenharia financeira muito depende de financiamentos públicos ou de inteligentes parcerias públicas privadas.

Estas por sua vez ficam mais facilitadas quando o país entre outros requisitos consegue aumentar a sua credibilidade junto da comunidade internacional mediante uma validação pelo FMI das suas contas e políticas públicas acertadas.

É, senhoras e senhores deputados, dentro desse limite de actuação que se nos impõe a todos, o governo e a Assembleia Nacional discutir exaustivamente, não só da pertinência desse documento

apresentado hoje, como fundamentalmente do seu mérito, isto é, da sua substância. É ainda neste sentido que esta proposta de orçamento rectificativo que a governo submete a aprovação desta Assembleia deve ser vista e analisada como um instrumento que se nos impõe com vista a garantir um crescimento sustentado de São Tomé e Príncipe, tendo em conta que o mesmo contempla os compromissos que nos permitem alcançar simultaneamente as melhores condições de vida para a população e o cumprimento das recomendações do FMI.

Gostaria de sublinhar este último aspecto enquanto condição para continuarmos a beneficiar da ajuda de um grupo particular de países e instituições financeiras internacionais.

Esta proposta do orçamento rectificativo estimada no valor de 3.160,004 mil milhões de dobras apresenta uma diminuição na ordem de 2,4% face ao valor orçamentado inicialmente para o ano de 2017 aprovado por essa Assembleia e em execução. Este diferencial é em parte resultado de um compromisso assumido com o FMI tendo sido estabelecido que o défice primário interno de 1,8% do PIB acordado no orçamento para 2017 deve se manter neste orçamento rectificativo, isto é, a realização das despesas só será possível em presença das correspondentes receitas.

Por isso, todas as medidas tomadas no quadro desse orçamento vão no sentido do alinhamento da despesas com as receitas que se espera arrecadar até o final de 2017.

Para o efeito e, para se obter o défice de 1,8% do PIB projectado para 2017 as rubricas cujo valor sofreram alteração na actual proposta de orçamento rectificativo face ao OGE em execução do lado das receitas apenas os impostos directos deverão conhecer um acréscimo na ordem de 3 mil milhões de dobras e o financiamento externo de 272 mil milhões de dobras em forte crescimento equivalente a 3,3% do PIB.

Nota-se no entanto que na parte correspondente as despesas de capital esse nítido crescimento fica de certa forma anulada pela grande redução do financiamento interno.

Torna-se necessário salientar que o défice primário exclui amortização do serviço da dívida pelo que esforços deverão ser feitos no sentido de mobilizar recursos interno suplementar para satisfazer todos os compromissos incluindo o pagamento do serviço da dívida evitando a acumulação de atrasados. O não cumprimento desses requisitos impedirá irremediavelmente o acesso ao financiamento internacional que tem por sua vez repercussões bastante negativas na actividade económica mantendo assim o círculo vicioso.

Deste modo, o que se pretende com este orçamento rectificativo é que a sua execução esteja sempre em linha com o desempenho das receitas, num contexto internacional em que a nossa credibilidade externa será tributária do grau de cumprimento dos compromissos assumido com o FMI na vertente de mobilização de recursos externos e da redução do GAP, ou seja, do diferencial entre despesas e receitas. Importa notar, que a execução das receitas e despesas globais do primeiro semestre está acima da execução equivalente em 2016, salvo no que respeita as rubricas ligadas as despesas com as transferências, outras despesas corrente, aquisição de bens e serviços, financiamento interno, bem como as receitas não fiscais.

Relativamente as rubricas de TOFE 2017, todas elas apresentam uma execução em progresso em relação ao ano anterior.

Não obstante essa opção orçamental, a reorientação das despesas e das receitas mantem o peso relativo do programa de investimento público no OGE e confirma as acções de importâncias estratégicas para o crescimento do país o que já se encontra em execução sobretudo no domínio social e das infra-estruturas. Estradas serão reabilitadas, sistema de adução de água potável serão construídos, escola e casas sociais construídas e o saneamento do meio será executado.

Mas o que fica mais uma vez evidente a luz da execução das receitas externas dos últimos exercícios orçamentais, bem como desse orçamento rectificativo é a nossa extrema dependência da conjuntura social, económica, financeira, dos outros estados e das suas opções de políticas públicas e das opções de política das instituições de *Bretton Woods*.

Essa constatação mostra-nos de modo inquestionável que é urgente irmos ao encontro de uma única opção realista e corajosa que nos garante no futuro a médio prazo um aumento de receitas internas e consequentemente, da resiliência da nossa economia ao choque externo e outras formas de imposição e consequentemente, uma maior autonomia de decisão relativamente as nossas opções de política de desenvolvimento económico e social.

Trata-se de um esforço metódico, continuo que necessita de uma estabilidade sistémica e bastante responsabilidade.

Excelências, minhas senhoras e meus senhores, a nossa ambição continua viva, a nossa confiança nas opções que fazemos permanece intacta e estamos planeamento consciente dos desafios que temos pela frente com os recursos humanos e financeiros de que dispomos e a quase inexistência de infra-estruturas económicas, com administração pública que temos, com as agendas políticas e pessoais que fogem ao realismo, com os populismo e os patriotismos afirmado de circunstância, e os consensos mínimos e evidentes muitas vezes atrasados.

O que importa neste momento é que temos a certeza absoluta que não existem outras opções, estamos a fazer o que deve ser feito. A única saída consiste em continuarmos a melhorar a governação e gestão financeira a nossa credibilidade externa, insistir nas reformas sectoriais e na ansiedade de construção de

infra-estruturas económicas estruturantes, capazes de gerar empregos suportar economia real, como muita coragem, muito trabalho e uma determinação sem falhas.

Estamos hoje mais perto dos nossos objectivos, de que estávamos ontem. Por isso os sacrifícios terão de continuar, exigindo sempre mais de quem mais para dar e contribuir, num espírito de solidariedade e cuidado e de justiça social. Muito obrigado pela vossa atenção.

Aplauso do ADI

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, Sras. Ministras, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, feita apresentação da referida proposta de lei, convido o Sr. Presidente da 3.ª Comissão, ou seu representante para proceder à apresentação do parecer desta Comissão Especializada Permanente.

Tem a palavra Sr. Deputado Vasco Guiva.

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — Gostaria convidar o Sr. Deputado Jorge Correia, relator do parecer.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra Sr. Deputado Jorge Correia, para apresentação do parecer da Comissão.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — Sr. Presidente da Assembleia muito bom dia, Sr. Primeiro-Ministro muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados bom dia, Srs. membros do Governo muito bom dia.

Vou passar portanto a ler o parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública.

Parecer Relativo à Proposta de Lei que Aprova a Rectificação do Orçamento Geral do Estado para o ano Económico de 2017

1. Introdução

Foi submetida à 3.ª Comissão Especializada Permanente, por despacho de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional, a Proposta de Lei 24/X/6.ª/2017 – Lei de Rectificação do Orçamento Geral do Estado para o ano económico de 2017, para análise e parecer, visando alterar a Lei n.º 1/2017- que aprova o Orçamento Geral do Estado para o ano económico de 2017.

A Comissão reuniu-se, no dia 14/06/2017, com a presença dos Srs. Deputados Vasco Gonçalves Guiva que a presidiu, Maria das Neves Batista de Sousa e Dionísio Fernandes Leopoldino do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, Adilson Managem, Mário Fernando Rainho, José Carlos Cabral d'Alva e Ivo Mendonça da Costa do Grupo Parlamentar do ADI e Jorge Dias Correia do Grupo Parlamentar do PCD, que coube a missão de elaborar o competente parecer.

2. Enquadramento

2.1- A presente Proposta do OGE Rectificativo para o ano económico de 2017 enquadra-se nas alíneas b) e f) do artigo 111.º da Constituição da República, coadjuvado com o artigo 136.º e o n.º 1 do artigo 137º, e o n.º 2 do artigo 142.º do Regimento da Assembleia Nacional.

2.2- No entanto, a Proposta não observa os requisitos legais nos termos do n.ºs 1 e 5 do artigo 8.º, bem assim o número 1 do artigo 9.º, da Lei n.º 9/2008 - Lei das Regras de Legística na Elaboração de Actos Normativos. Pois, tratando-se de alteração de uma lei outrora aprovada, além de se cumprir com os requisitos legais nos termos da Lei n.º 3/2007- SAFE, é oportuno que se cumpram os procedimentos legais na sua feitura.

3. Constatções

3.1-Que o tecto orçamental previsto no OGE Rectificativo teve uma diminuição em 2,44 %, equivalente em dobras a 77.180.000.000,00 (Setenta e sete mil milhões e cento e oitenta milhões de dobras);

3.2- Que comparativamente com os valores inculcados no OGE em vigor, regra geral, quase todos os sectores conheceram cortes, a saber: Tribunal de Contas - 27,14%, Ministério da Juventude e Desporto com 25,95%, Gabinete do Primeiro-Ministro - 14,63%, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades -13,38%, Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos -16,07%, Governo Regional do Príncipe - 15,33%; Ministério da Saúde - 12,80%, Ministério de Educação, Cultura, Ciência e Comunicação - 10,09%. Para não sermos muito exaustivo, apenas se focou os órgãos cujos cortes foram superiores a 10%.

3.3- Que, no entanto, três sectores tiveram aumento, são eles: Ministério de Emprego e Assuntos Sociais, Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural e o Tribunal Judicial, respectivamente 74,59%, 37,94% e 4,34%;

3.4- Que a rubrica “Encargos Gerais” conheceu um aumento na ordem de 27,72% (462.058/590.129 em milhões de dobras).

3.5- Que foi dotada uma verba no montante de Dbs. 3. 321.186.038,04 (Três mil milhões, trezentos e vinte e um milhões, cento e oitenta e seis mil, trinta e oito mil e quatro cêntimos), destinada à instalação do Tribunal Constitucional, representando 0,11% do total previsto do OGE rectificativo;

3.6- Que o Órgão Presidência da República não consta do Programa de Investimentos Públicos;

3.7- Importa frisar que, no caso da Assembleia Nacional, a Lei n.º 4/2007 - Lei Orgânica da ANSTP reza no número 2 do artigo 55.º (Elaboração do orçamento) o seguinte: “O Orçamento da Assembleia Nacional é aprovado pelo Plenário, no mínimo, nos 30 dias anteriores à aprovação do Orçamento Geral do Estado”. Entendendo-se desta forma que qualquer alteração do montante previsto para este órgão pressupõe um novo Orçamento de Assembleia, o que exigiria, logicamente, o cumprimento deste articulado;

3.8- Que o quadro n.º 9 espelha a fraca capacidade de Financiamento Interno para cobrir os investimentos públicos, pois comparativamente à programação inicial, total geral revisto esta fonte de recurso teve uma quebra de 63,1%;

3.9- Que as receitas fiscais atingiram um nível de realização de 18,9%, mais 11,9% do arrecadado no período homólogo de 2016, correspondendo desse modo a 2,8% do PIB, enquanto que, as receitas não fiscais tiveram um grau de execução de 25,4% que representa uma diminuição de 65,4% face ao registado no mesmo período do ano transacto;

3.10- Que depreende-se o seguinte do quadro n.º 10 (Programa de Investimentos por Financiamentos Externos), quando comparado com os montantes apresentados no OGE em vigor, a saber:

3.10.1- Total geral de Financiamentos Externos aumentou em 23,25%;

3.10.2- Donativo bilateral cresceu 17,10%, enquanto que, multilateral baixou consideravelmente em 16,10%.

3.10.3- Crédito Externo conheceu uma subida de 181,59% (149.878/422.029 em milhões de dobras) o que conseqüentemente, irá aumentar muito mais a dívida pública;

3.11- Que foram inseridos alguns novos pontos na proposta do Orçamento Rectificativo, mormente:

3.11.1- O número 8 do artigo 8.º introduz a alteração das taxas aduaneiras sobre a importação de produtos considerados de amplo consumo, com impacto negativo para a saúde e o meio ambiente;

3.11.2- Introduziu-se um novo ponto ao artigo 18.º, com a seguinte redacção: “Fica suspensa a continuação, por contrato ou outro acto administrativo, na Administração, os funcionários na carreira técnica abrangidos pela idade de reforma, nos termos da Lei n.º 1/90”;

3.12- Foi introduzida uma folha contendo medidas de políticas orçamentais (quadro n.º 3). Dentre estas medidas sublinham-se:

3.12.1- Processamento dos salários dos órgãos de soberania e institutos autónomos financiados com recursos do Tesouro Público pela Direcção do Orçamento, que fará na fonte as retenções previstas na lei, mormente no que respeita ao IRS e a contribuição da Segurança Social;

3.12.2- Às empresas públicas e institutos públicos autónomos com dívidas ao Fisco e à Segurança Social, deverá ser alocado 50% do montante da parte complementar das remunerações, correspondentes a subsídios diversos e demais regalias à amortização das referidas dívidas, através de transferências mensais ao Tesouro Público;

3.13- Que, de tudo o que se constatou pode-se afirmar que, as linhas mestras em termos do Orçamento Geral do Estado Rectificativo mantêm-se inalteradas com a ressalva da indicação da República Popular da China como financiador de alguns projectos, tais como: no Ministério da Educação, Cultura, Ciência e Comunicação - *Bolsas de Estudos*;

No Ministério da Saúde - *Aquisição de medicamentos e consumíveis de saúde, Luta contra Paludismo, Assistência Técnica ao Sistema de saúde, Construção de casas para acolhimentos de doentes e associados*;

No Ministério do Emprego e Assuntos Sociais – *Construção e Reabilitação de casas sociais*;

No Ministério da Juventude e Desporto - *Formação e Capacitação de Jovens Empreendedores, Melhoria de Polidesportivos (balneários e bancadas)*;

4. Face as constatações acima referidas a Comissão considera o seguinte:

a) Que a alteração das taxas aduaneiras introduzidas no número 8 do artigo 8.º seja processada através do mecanismo próprio, por se tratar de uma matéria de competência exclusiva do Governo;

b) Que relativamente a suspensão da continuação, por contrato ou outro acto administrativo, na Administração Pública, dos funcionários na carreira técnica, referente no número 5 do artigo 18.º, como precaução, o Governo deixasse sempre uma janela para os casos deveras excepcionais;

c) Que fosse bem ponderada a questão que se prende com a hipótese de suspensão de processamento dos salários dos órgãos de soberania e institutos autónomos por estes, como vem sendo feito, caso da Assembleia Nacional, nos termos da Lei n.º 4/2007- Lei Orgânica da Assembleia Nacional;

d) Que, para o visado no ponto anterior, fosse criado mecanismo, através dos sectores do Orçamento e da Inspeção das Finanças, para o seguimento e controlo de cobrança e depósito dos valores destinados ao IRS e Segurança Social, bem como as Dívidas ao Fisco, quer dos órgãos de soberania, institutos públicos autónomos, como das empresas públicas;

e) Que, no âmbito de suspensão dos diversos subsídios, fosse feita uma análise mais exaustiva sobre a questão, mormente no que toca a prémios de desempenho.

Recomendação

Face ao exposto, a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública recomenda que a Proposta de Lei n.º 24/X/6.ª/2017, seja submetida ao Plenário para análise, discussão e votação na generalidade.

Eis, Excelência, o que se nos afigura em relação a proposta em apreço.

A Comissão do Orçamento, Finanças e Administração Pública, 20 de Julho de 2017.

O Presidente, Vasco Gonçalves Guiva

O Relator, Jorge Dias Correia

Muito Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados vamos abrir agora um espaço para debate. Srs. membros de Governo, Srs. Deputados, fazemos um apelo no sentido de nas intervenções, nos lembrássemos de que estamos em sede de apreciação e aprovação na generalidade desta proposta de lei, portanto que é, a Lei de Rectificação do Orçamento Geral do Estado para o ano Económico de 2017.

As intervenções devem versar sobre os princípios e sistemas da lei em discussão.

Pedimos encarecidamente que evitemos a tendência de entrarmos na especialidade nesta fase dos debates.

Sras. e Srs. Deputados, apenas de novo relembrar que estamos aberto ao debate, e até agora não vejo da parte das Sras. e Srs. Deputados alguma pretensão no sentido de intervir, portanto faço um apelo para nós começamos a discutir este orçamento rectificativo.

Temos uma lista aberta para as inscrições das Sras. e Srs. Deputados, que queiram intervir.

Espero bem que após a apresentação do Orçamento Rectificativo, feito pelo Primeiro-Ministro e também o parecer da 3.ª Comissão, espero que haja algumas perguntas a serem feitas. Dai que, aguardo os primeiros que queiram pronunciar.

Bem, Sras. e Srs. Deputados posso depreender que isto está tudo claro, quer dizer que não há perguntas.

Evidentemente, porque este silêncio, não é favorável ao debate.

Murmúrios

Sr. Deputado evidentemente, que nós temos debate para dois dias, mas até agora eu tenho a impressão que estou a perder minutos.

Sras. e Srs. Deputados, após esse intervalo de silêncio, até agora, portanto não vejo nenhuma iniciativa se quer por parte dos Srs. Deputados de poder avançar com intervenções.

Eu disse bem, Srs. Deputados.

Posto isto, se continuar assim vou ter de suspender se calhar a sessão de hoje. Porque não há pergunta, a fazer até agora, e já lá vão quase 10 minutos.

Finalmente alguém que dar um pontapé de saída, que é a Sra. Deputada Maria das Neves.

Tem a palavra a Sra. Deputada, Vice-presidente Maria das Neves para uma intervenção.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Eis-nos aqui de novo para mais um exercício do Orçamento Geral do Estado. Fizemo-lo em Janeiro de 2017, e aqui estamos de novo para discutir o Orçamento Rectificativo.

Um orçamento que nos foi dito aqui que sofreu uma redução considerável na ordem de 2,4%.

Este orçamento não há duvida que esta redução que penaliza o povo, sobre tudo o povo pequeno. Penaliza o povo porque com o aumento das taxas e consequentemente o aumento de custo de vida. Penaliza o povo com a retirada do orçamento de várias obras que já estavam orçamentadas. Penaliza o povo porque faz aumentar o desemprego com a suspensão das obras.

E apresentação deste orçamento Sr. Primeiro-Ministro, só nos vem dá razão. Quando na altura dissemos que não havia seriedade no orçamento de 2017. Porque com este orçamento rectificativo fica claro que o governo tinha dois orçamentos. Um que foi submetido ao parlamento e outro que foi publicado no portal do Ministério das Finanças. E através de números que nós iremos demonstrar na discussão na especialidade, constatamos que o orçamento que foi submetido a promulgação por Sua Excelência o Sr. Presidente da República, foi o orçamento que saio do portal do Ministério das Finanças, e não o orçamento que esta Augusta Assembleia aprovou através da maioria da Grupo Parlamentar do ADI.

Aplausos do MLSTP/PSD

Neste orçamento a um grande desfasamento entre as medidas de política gostava de ter esclarecimento do Governo, porque no orçamento de 2017, definia-se algumas prioridades. As obras públicas e as infra-estruturas, constituía a maior prioridade do orçamento de 2017, com uma percentagem na ordem de 17,7%, seguir de Ministério da Educação. Neste orçamento constata-se que infra-estrutura já não é prioritário, o Governo prioriza o sector da educação. Prioriza o sector de educação suspendendo varias obras que já estavam em curso.

Sr. Primeiro-Ministro, o Governo propõe aumentar algumas taxas para melhorar arrecadação de receitas. Supostamente estas medidas associada a medida de contenção de despesa nomeadamente a redução de

30% dos custos de combustível, a redução portanto das comunicações, supostamente essas medidas iriam contribuir para melhorar arrecadação de receitas, para melhorar portanto o próprio déficit fiscal.

Como é que se explica que com essas medidas o Governo nos apresenta uma proposta em que o orçamento iniciar representava 30%, do total dos investimentos, foi reduzido para apenas 11,7%, como uma redução na ordem de 63%. Para onde estarão direccionadas as receitas que vão ser arrecadadas? Como pensa o Governo financiar os projectos e as obras que tem na base desses financiamentos internos, que foi drasticamente reduzido?

O Primeiro-Ministro falava-nos aqui da redução de um déficit primário previsto para 1,8% de PIB e disse-nos que esse déficit primário, exclui a amortização da dívida, o que implica que o governo devesse envidar os esforços para amortizar as dívidas evitando os atrasados. Como é que se justifica perante esse cenário, o Governo propõe aumentar o crédito externo em 181,59%? Quando o FMI já advertiu o Governo sobre os riscos e sobre o endividamento. Como é que o Governo pensa em lidar com essa situação?

Sr. Primeiro-Ministro, apresentação deste orçamento traz-nos alguns problemas. O Governo reduz o orçamento em cerca de 2% e no entanto apresenta no orçamento uma verba para criar o Tribunal Constitucional.

Pergunta-se, qual é afinal a prioridade do Governo? No momento em que o índice de criminalidade está a aumentar consideravelmente, justiça não é prioritário neste orçamento. O Governo diz que o problema de justiça é grave e nós todos estamos a assistir diariamente ouve-se, semanalmente a um polícia que faz balanço dos crimes cometidos durante a semana, o índice de criminalidade está a aumentar de forma assustadora, como estamos na lógica de coisas que nunca aconteceram nos 42 anos, índice de criminalidade que a gente tem hoje nunca antes se viu nos 42 anos da independência.

Aplausos do MLSTP/PSD e PCD

E pergunta-se, não é prioritário? Reduzir a verba de sector de justiça perante tanta situação? Incluir no orçamento verba para criação de Tribunal Constitucional, quando não temos um Tribunal de família de menores, quando a Região Autónoma de Príncipe não tem Tribunal, onde várias detenções que são feitas, os presos estão praticamente enlatados na sela, está-se a criar Tribunal Constitucional, incluindo neste orçamento rectificativo uma verba superior a 3 mil milhões de dobras. Pergunta-se, mas qual é afinal a prioridade deste Governo?

Sr. Primeiro-ministro, o artigo 21.º deste orçamento rectificativo, diz que essa lei produz, portanto entra em vigor com a publicação deste orçamento e produz retroactivamente os efeitos a partir de 1 de Janeiro. E eu gostaria de saber, é um orçamento que vai revogar um decreto-lei, vai fixar taxas. Em matéria fiscal há lugar para a retroactividade da lei? Como é que o Governo pensa em lidar com essa situação.

Sr. Primeiro-ministro, disse-nos aqui, que São Tomé e Príncipe foi eleito para sair do grupo dos países menos avançados e subir o patamar de países de rendimento médio. Acha que com esse cenário de sobre endividamento que o Governo vem fazendo, acha que o País estará em condições para poder sair desse patamar de rendimento de país menos avançados para rendimento médio. Acha que estarão criadas condições para o efeito? Falou-nos aqui, aliás não nos apresentou o número da inflação, temos constatado que a inflação vem crescendo, a oscilação deste período já é superior ao período homólogo do ano transacto, com riscos para pôr em causa o acordo de paridade cambial com Portugal, em inflação, são riscos sobre endividamento, é o crédito que vem crescendo, temos portanto, com Portugal um acordo de paridade cambial.

É necessário que se toma em consideração toda essa situação. E eu pergunto, será que com esse orçamento rectificativo, essas questões estarão salvaguardadas? Sr. Primeiro-ministro, qual é a política final deste Governo? Quais são as prioridades deste Governo. É isso que eu gostava de perguntar. Muito obrigada.

Aplausos.

O Sr. **Presidente**: — Convido agora o Sr. Primeiro-ministro ou ministro que indicar para responder as diversas questões aqui colocadas.

Portanto, não havendo mais preocupações por parte dos deputados, por enquanto.

Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro das Finanças, Comércio e da Economia Azul** (Américo Ramos): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho para responder algumas questões aqui levantadas pela Sra. Deputada vice-presidente Dra. Maria das Neves. Antes de mais gostaria de dizer que esse Orçamento rectificativo como fez referência o Sr. Primeiro-ministro, tem um conjunto de medidas que preveem a redução de déficit. E não podemos descurar a necessidade que temos em adaptar as nossas receitas, as nossas despesas internas.

Infelizmente, nós durante vários anos financiávamos as nossas despesas internas com recursos externos. Tendo em conta a situação da conjuntura internacional, temos assistido uma diminuição continua

desses apoios. Daí que há toda necessidade de convergirmos para um défice sustentável com os nossos recursos. E as medidas espelhadas nesse orçamento rectificativo visa exactamente isso.

Foi levantada a questão em relação a alteração das taxas e o seu impacto na inflação, gostaria de dizer que as alterações que fizemos as taxas alfandegárias, são em produtos que não constituem elementos essenciais na sexta básica. Por isso, a alteração dessas taxas não terão impacto directo no aumento da inflação como fora dito. Se olharmos para os elementos essenciais da sexta básica e a sua ponderação, vamos ver que esses elementos não constituem peso maior dentro da sexta básica. Daí que o seu impacto directo é menor. Por outro lado, a alteração da inflação verificada ao longo desse ano, toda gente sabe, é a alteração do preço dos produtos internos, alteração sazonal, ocasionado pelo prolongamento do período de chuva que passou até o mês de Junho o que não era habitual, daí a alteração do preço de aqueles produtos hortícolas que começavam a ser produzidos a partir dessa época.

Foi levantado também a questão de que as infra-estruturas deixaram de ser prioridade, não é verdade, elas continuam a ser prioridade do Governo, aliás através de obras públicas é que conseguimos absorver alguma mão-de-obra.

Inclusive, foi introduzido algumas acções novas no Ministério das Infra-estruturas nomeadamente a reabilitação de troços de estradas e outros projectos que inicialmente não estavam no orçamento inicial. Em relação ao aumento de crédito, não houve contratação de novos empréstimos, o que houve é introdução a tempo e hora daquilo que são os desembolsos que vão ser feitos ao nível de PRIASA II. Portanto, financiamento do BAD. O crédito está contraído já há algum tempo, há algumas acções que estavam programadas que toda gente aqui conhece o procedimento do BAD, e no princípio do ano após ter apresentado o primeiro orçamento é que constatamos que grandes partes de infra-estruturas serão realizadas nesse ano. Por isso, é que se ouve uma alteração do valor do crédito em relação a PRIASA.

Por outro lado, também introduzimos neste orçamento rectificativo um montante correspondente a 4,5 milhões de dólares provenientes do crédito já contraído anteriormente com o nosso parceiro bilateral, Angola, que devido a situação que nós todos conhecemos, não foi desembolsado há tempo e hora. Houve essa remanescente e após a apresentação do primeiro orçamento é que constatamos que Angola estava disponível para fazer esse desembolso, por isso, introduzimos isso. Isto é que fez com que houvesse um crescimento da rubrica do crédito.

Por enquanto, são as respostas que posso dar a intervenção da Dra. Maria das Neves e aguardo outras questões que poderei responder. Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, mais questões.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, demos conta que durante o período que a Sra. Deputada vice-presidente da Assembleia Nacional fazia uso da palavra, a transmissão estava interrompida. E em alguns momentos que se passava era com um ruído terrível. Portanto, acho que isso está a pôr em causa a liberdade de expressão dos deputados aqui na Casa Parlamentar.

Gostaria de pedir o Sr. Presidente que desse uma atenção especial a isso, porque estamos a debater um orçamento rectificativo que o Governo apresenta a Nação e a Nação tem que acompanhar o debate que se faz a volta deste orçamento.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, gostaria que partíssemos de um outro princípio. Pode ser até uma avaria técnica ou qualquer coisa. Portanto, o que vou fazer agora...

Murmúrios

Espera aí. Só um momento. O Presidente está a falar também. Dê-me a oportunidade de falar. O que vou fazer agora, vou pedir aos nossos serviços para reiterar do assunto e saber realmente o que é que se passa e poder informar a essa Augusta Assembleia realmente o que é que está a acontecer. Portanto, eu gosto de sinceridade nas coisas. Dito isto, vou pedir a equipa técnica a informação. A informação que acabo de ter no lado da TVS está a funcionar como deve ser, mas como sabem... deixa-me falar.

Há uma informação técnica que foi passada agora. Parece que há um problema ao nível de S. José...

Murmúrios

Todos sabem que a nossa antena de rede de transmissão está em S. José. Quem aqui é técnico sabe disso. Em S. José ou então em Macambara, e aquilo que disseram é que há um problema ao nível das frequências. Isso faz com que, mesmo a TVS enviando para lá as imagens, não consegue recobrir digamos assim a Televisão, porque a antena deveria funcionar em determinada frequência, e não está a acontecer. Portanto, isso é que é o problema. Ao nível de Rádio Nacional, está perfeito, está tudo a passar e a Televisão é que está com esse problema.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — S. José vai tomar providência.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, segundo a informação que chegou a nós, é que mandaram desligar a energia na Trindade, o que faz com que S. José não tenha possibilidade de captar as imagens. Sendo assim, teremos que suspender essa sessão até que reponha a normalidade.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José António.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Sr. Presidente, era só para dizer que sendo um órgão tão importante como a Assembleia Nacional e muitas vezes as intervenções tida aqui de uma forma ou de outra engaja a Assembleia e todos os deputados e própria a Mesa, por isso, quando se usa o micro no meu ponto de vista para dizer determinadas coisas, é preciso termos certeza, porque isso engaja toda a Assembleia. Dizer que alguém cortou ou mandou cortar a energia, isso é um aspecto que é preciso termos muita atenção.

Tem havido informações que passam aqui, que as pessoas dizem, reparam, o facto de termos liberdade de expressão, não significa que temos que dizer exactamente aquilo que nos vem na cabeça. É preciso termos também alguma responsabilidade. Não estou a querer minimizar ninguém nem nada, mas estou a querer dizer apenas que tudo que se diz aqui engaja a Assembleia. Por isso, é preciso ter atenção naquilo que se diz. Muito obrigado.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, um momento. Estou a esperar que me dêem informações ao nível da Mesa. O Sr. Deputado está a intervir, nem sequer aguardou que eu lhe desse a palavra.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Rainho.

O Sr. **Mário Rainho** (ADI): — Sr. Presidente, é só para dar uma resposta a questão levantada pelo Sr. Deputado Jorge Amado. É para dizer ao Sr. Deputado Jorge Amado que os emissores em Macambara, para além da energia que é alimentado da EMAE, aquilo tem um gerador, na ausência da rede de EMAE, o gerador entra automaticamente. E neste momento temos o FM 95.4 que faz toda cobertura ao nível nacional, de Príncipe à Caué. No que respeita ao combustível que diz o Sr. Deputado Ivo, é preciso ter atenção. É uma empresa muito séria e a stocagem de combustível lá em Macambara por ser uma estação chave, aquilo tem uma stocagem no mínimo dos mínimos 600 litros.

Portanto, o Sr. Presidente pode avançar com o processo, porque a emissão já está no ar.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Amado.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Obrigado Sr. Presidente. Sr. Deputado Mário, agradeço imenso pela sua explicação, por pouco me convenceria se fosse realmente um funcionário de EMAE. Não sendo assim, acho que a explicação que me dá não me convence, porque aquilo que tenho vem de EMAE e vem da Televisão de São Tomé e Príncipe.

Portanto, se é que há um problema de um gerador automático em Macambara e se o gerador tem combustível, então o que queremos é que ponham a funcionar para que haja uma sessão plenária condigna e mais nada. A televisão não está a funcionar.

O Sr. **Presidente**: — Só para saber uma coisa. E em relação a Rádio Nacional está a passar sem problema. Havendo ou não o problema de energia isso não pode constituir impedimento para a sessão não ocorrer. Já tivemos variadíssimas vezes, oportunidade aqui de não haver transmissão de TV, mas houve registo e depois passaram imagens. Portanto, acho que isso não pode ser impeditivo para que a sessão plenária não tenha lugar. E nunca agimos assim. A Rádio cobre todo o País, inclusivo até Príncipe. O direito a informação, já tem através da Rádio. Agora, se não tem através da Televisão é um fenómeno que aconteceu agora.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Rainho.

O Sr. **Mário Rainho** (ADI): — Sr. Presidente, neste momento temos um emissor televisão no ar. Esse emissor faz a cobertura zona sul e parte da zona capital. Só não temos a televisão a funcionar no Príncipe. E a Rádio Nacional faz a cobertura a nível do País.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Ah, Príncipe é só.

O Sr. **Mário Rainho** (ADI): — Portanto, podemos muito bem avançar com os trabalhos, porque isso não é motivo para podermos parar um trabalho dessa envergadura.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Ah, Príncipe é só.

O Sr. **Mário Rainho** (ADI): — Eu quando digo só, é uma parte do território. Não é por Príncipe ser só.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Eu não aceito.

O Sr. **Mário Rainho** (ADI): — Peço desculpa. Portanto, Sr. Presidente, acho que o problema é outro. Eles querem bloquear. E nós todos conhecemos. Isso não é motivo.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Príncipe não conta.

O Sr. **Mário Rainho** (ADI): — O Príncipe conta muito bem. Peço desculpa pelo aquilo que eu disse.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Ah, agora sim.

O Sr. **Mário Rainho** (ADI): — Pelo contrário, tenho muito respeito pela população do Príncipe e região toda e foi uma questão de má interpretação puras e simplesmente. Sr. Presidente, este caso já é conhecido. Avancemos com o trabalho. Isso não é motivo para pararmos com trabalho. Por favor.

O Sr. **Presidente**: — Após as informações, há parte que está sem coberto com a televisão, portanto, acho que devemos continuar, porque há parte com televisão, a Rádio Nacional está a funcionar em pleno. Portanto, podemos continuar com o nosso debate.

Gostaria de convidar as Sras. e Srs. Deputados que tivesses mais perguntas para poderem colocá-los agora, para avançarmos com o nosso trabalho.

Vamos avançar com os nossos trabalhos. Quem tem mais questões a colocar. Por favor, coloque as questões. Portanto, a Rádio está a cobrir todo o País.

Murmúrios.

Uma voz: — A população não está a ouvir, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado está a falar de Rádio Nacional?

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Príncipe não está a ouvir, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Se está a falar da televisão, tinha corte. Mas a Rádio Nacional está a funcionar mesmo no Príncipe. Vamos ser mais sério também. Temos um período aberto para colocar as questões. Como dizia Sr. Ministro...

Tem a palavra o Sr. deputado Jorge Amado.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, tendo em conta a situação, o imbróglie em que nós nos encontramos, não podemos estar a inventar modas, o debate do Orçamento Geral do Estado, com presença de Sua Excelência Sr. Primeiro-ministro, quem o povo sente-se satisfeito em ouvi-lo a falar a Nação, está cá presente connosco e o povo quer ouvir o Sr. Primeiro-ministro neste debate, portanto, não pode ser feito de uma forma diferente a que se vem fazendo, que é prática nessa Assembleia Nacional.

Por essa razão, Sr. Presidente, com base no artigo 81.º, o meu grupo parlamentar pede a suspensão desta sessão por um período até regularização do sistema.

Uma voz: — Cumpra-se.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado acabou de evocar o artigo 81.º. Por ventura diz o seguinte: «os grupos parlamentares podem requerer por uma única vez a interrupção da reunião plenária a qual não pode ser recusada pelo presidente».

«Ponto 2, a interrupção que se refere ao número anterior se deliberada não pode exceder 15 minutos, quando requerido por grupos parlamentares com menos de cinco deputados nem 30 minutos quando se trata de grupos com mais de cinco deputados.» Srs. Deputados, não pode exceder 30 minutos. Então, neste sentido ...a que se refere ao número anterior, quer dizer a deliberação pelo pedido do Sr. Deputado, se deliberada. Quer dizer que temos de deliberar. Temos que colocar a votação, se interrompemos ou não.

Murmúrios.

Vozes do MLSTP/PSD: — Não!

O Sr. **Presidente**: — Sim é isso que diz aqui. Temos que deliberar. Mas é isso que diz aqui; temos que deliberar, as decisões da Assembleia é por votação.

Murmúrios

Eu não posso recusar, mas tem de ser deliberada.

Aqui diz, a interrupção, a que se refere no ponto 1, estou a ler o Regimento! Gostaria que todos lessem o Regimento comigo, no ponto 1, o número anterior, quer dizer o ponto 1, se deliberada, não pode exceder 15 minutos, quando requerida por grupos parlamentares, com menos de 5 deputados, nem 30 minutos, quando se trata de grupo parlamentar de mais de 5 deputados.

Murmúrios.

Portanto, vou submeter à votação. Nós interrompemos sim, mas temos que deliberar. Interrompemos para quanto tempo? É isso que diz aqui. Estou simplesmente a aplicar aquilo que vem no Regimento. Não posso recusar, mas temos que deliberar. Eu não estou a inventar nada Sr. Deputado. Está claro o ponto 2. O ponto 1 está assim e o ponto 2 reforça isso.

Tem a palavra o Sr. Deputado, José Manuel Costa Alegre.

O Sr. **José Manuel** (ADI):— Obrigado Sr. Presidente

Apenas para passar uma informação. Se o que trás essa confusão toda é por causa da transmissão, informaram-me que os dois canais da Televisão estão a transmitir normalmente e a Rádio também, fazendo a cobertura normal. Obrigado.

O Sr. **Presidente**:— Então posto isto, se já está confirmada a retoma normal dos serviços da TVS, então vamos continuar o nosso debate. Nesse sentido, convido as Sras. e Srs. Deputados....

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Está confirmado, Sr. Presidente. Confirmado!

O Sr. **Presidente**: — Ok! Obrigado Sr. Deputado, pelo menos por essa colaboração. Portanto, acabou o imbróglio neste sentido

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Com base nisso, eu retiro o meu pedido. Obrigado.

Risos.

O Sr. **Presidente**:— Gostaria de convidar a Sra. Deputada Maria das Neves que queria fazer um pedido de esclarecimento, para poder intervir.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD):— Muito obrigada Sr. Presidente

Algumas questões de esclarecimento: Primeiro, para lamentar, o Sr. Ministro das Finanças não respondeu praticamente nenhuma das minhas perguntas. Segundo, para dizer que os números falam por si: quando se analisou o Orçamento de 2017, submetido à essa Augusta Assembleia, a Infra-estrutura representava 17,3%, era o que maior recurso absorvia deste Orçamento e agora, no Rectificativo, a Infra-estrutura aparece no segundo plano, com apenas 13,9%. Saiu de 17% para 13 %. E quando se analisa isso, vamos discutir na especialidade, muitas obras até que já estavam em curso. Foram suspensas. Suprimiu-se várias obras que já estão em curso. Continua sendo prioritário? É isso que temos que discutir. Mas os números falam por si.

Eu, quando me referia às taxas, dizia que o Governo apresentou uma série de medidas para aumentar as taxas. E não só para aumentar as taxas, como para garantir também a contensão de despesas. Supõe-se, era isso que eu tinha dito, supõe-se que esta arrecadação de receita e contensão de despesa devia contribuir não só para melhorar o défice como também para melhorar o financiamento interno. O Primeiro-Ministro já disse aqui que a tendência está a mudar. Agora o Governo tem que contar mais com os recursos internos e não com o financiamento externo, Então, se há todo esse esforço de mobilização, como é que se explica que o financiamento interno tenha baixado de 30% para 11%? Conheceu uma diminuição na ordem de 63%; o que é que se passou?

Outra questão: falei sobre a questão do Tribunal Constitucional, perguntei se era prioritário. Com tantas despesas, com tantos projectos que se suprimiu. Porque é que se suprimiu esses projectos e incluiu-se o Tribunal Constitucional?

Sr. Ministro das Finanças, mesmo olhando para o seu quadro n.º 9, e aqui eu quero fazer uma ressalva também, que há alguns problemas que na especialidade iremos ver: O Governo menciona aqui nesta página 13, fala do quadro n.º 5, quando não é 5, é 6. Fala do quadro n.º 6 que também não corresponde a

verdade. Portanto, precisa aí algum reajuste e mesmo o recurso ordinário do tesouro baixou consideravelmente. Baixou consideravelmente!

Portanto, são essas as questões que eu gostava de obter uma resposta, porque, de facto, sem entender essas coisas, torna muito difícil entender esse Orçamento Rectificativo.

Muito obrigada.

O Sr. **Presidente**: — Apenas para lembrar que estamos em sede da discussão na generalidade do Orçamento e reparei que algumas questões que foram colocadas versam mais para questões que têm a ver com a discussão na especialidade, como dizia a Sra. Deputada. Portanto, agradecia que as Sras. e Srs. Deputados não entrassem sobretudo, na matéria de especialidade, porque teremos, certamente sessão própria para isso. Estamos na apreciação genérica do Orçamento. Portanto, há mais perguntas? Por favor.

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Obrigado Sr. Presidente. Sra. e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e elenco, bom dia.

Tendo em conta a preocupação com a discussão na especialidade, tenho de repente, uma, duas perguntas que tenho de endereçar ao Governo, para, de uma forma geral, tentar perceber a discussão desse Orçamento.

Quando se define qualquer política pública, o propósito é que ela tenha impacto positivo na vida do dia-a-dia da população.

O que é que nós vivemos hoje em São Tomé e Príncipe, de uma forma geral?

É assistir o aumento e agudização da pobreza. O povo está mais pobre. E essa constatação é que me levou a olhar bem para este Orçamento e dá-me a impressão que em contraponto à essa pobreza que se acentua mais e mais, junto à nossa população, o Governo tem uma obsessão cruel pelo aumento de impostos. É imposto aumentado de tudo quanto é jeito: reconhecimento de assinatura, o cidadão pagava 3 mil dobras ou 20 mil, agora está a 30 para autenticar documentos.

E tudo isso, é claro que faz agudizar a pobreza e eu ainda não estou a falar da questão de alimentação. Hoje, as pessoas estão com mais dificuldades de levar a comida para a mesa. E daí, quando eu abro este Orçamento e vejo no artigo 8.º, cobrança das receitas e taxas, eu vejo ali uma série de produtos que conhecerão também aumento. E chamou-se atenção particularmente, porque, faz-se referência aos congelados aos enchidos, ...só antes para dizer uma coisa: Eu acho, Sr. Presidente, já agora a 3ª Comissão: Próxima vez, exijam pelo menos a pauta para que as pessoas saibam o que é que está aí!

A nossa população quando decide encontrar alguma forma para garantir o seu jantar, grande parte: é esparguete, arroz com um pedacinho de chouriço. Esse chouriço está a ir aumentar de preço!... Não pode ser. Nós não estamos a querer diminuir a pobreza junto da população. Congelados, estamos a falar de frango, quando nós não temos, por exemplo, a capacidade de auto-abastecimento de mercado interno, em contraponto, o Governo quer aumentar as taxas para congelado. É claro que o consumidor final é que sofre. Neste sentido, eu tenho muitos aspectos desse Orçamento, mas felizmente vamos ter que falar na especialidade.

Gostava só de começar por perguntar ao Governo, quais são as medidas que o Governo tem em carteira para minimizar os impactos negativos desse Orçamento Rectificativo no dia-a-dia das nossas populações, tendo em conta essas taxas que se pretende aumentar? Isto é importante que o povo saiba. Nós temos que encontrar resposta satisfatória em relação a esse aspecto. É que o povo de repente começou a sofrer sobremaneira com o imposto...tudo quanto: avaliar a tensão arterial saiu de 5 para 10 contos.

O povo está pobre, tira esse dinheiro de onde? Fazer curativo médico aumentou e nisso tudo, ontem, eu estive a pensar e decide para buscar refúgio divino face aos problemas dessa terra. Eu abri a Bíblia. E, o que é que eu vejo ali? Abro o Livro dos Provérbios; eu gostava de partilhar convosco o que diz o Livro dos Provérbios: 29 versículo 4.

Quando o Governo é justo, Sr. Primeiro-Ministro, o País tem segurança. Mas quando o Governo cobra impostos excessivos a Nação acaba na desgraça. Está na Bíblia. Deus decidiu acautelar-nos em relação a isso. Não subestimem as palavras divinas, meus caros. Muito obrigado.

Aplausos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sua Excelência Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Sras. Ministras, Sras. e Srs. Deputados, bom-dia

Sr. Primeiro-Ministro, para este debate do Orçamento Rectificativo, eu começo com uma frase que o Sr. Primeiro-Ministro costuma usar: político é limão. Cortou, espremeu, acabou suco e ... joga fora!

Risos

E do meu ponto de vista, Sua Excelência Sr. Primeiro-Ministro, de acordo com a situação actual do País, eu posso afirmar que o Sr. Primeiro-Ministro está sem suco.

Estranhou-me, depois de analisar este Orçamento, e depois da grande entrevista que Sua Excelência deu à Nação, que foi passando durante semana, na Rádio e na Televisão, onde Sua Excelência até descontrolou, a chamar os seus conterrâneos de bêbados, quando dizia que os seus conterrâneos bebem exageradamente. Estranhou-me, depois de tudo que o Sr. Primeiro-Ministro anunciou nessa grande entrevista, não encontrou de facto, medidas para fazer face a esses problemas.

O Governo que diz que prioriza muito a justiça, que gosta muito da juventude, que protege o povo pequeno. No entanto, vemos aqui toda uma acção que vai contra o povo pequeno, que vai contra os jovens, que vai contra a justiça. E eu tomo como exemplo a afectação de mais de 3 mil milhões para a construção de um tribunal, quando, por outro lado, nós temos problemas que, do meu ponto de vista, deviam ser prioridades. E na sua intervenção, quando fez a apresentação do seu Orçamento, Sr. Primeiro-Ministro disse que o País gasta o que não tem. E é verdade. Só esqueceu de dizer que o Sr. Primeiro-Ministro também contribuiu para gastar aquilo que o País não tem, com as suas viagens exageradas

Aplausos do MLSTP/PSD e PCD.

Como é que o Sr. Primeiro-Ministro explica que de uma forma inexplicável decide criar um Tribunal Constitucional que, do meu ponto de vista, não tem muita vantagem para o chamado povo pequeno. Povo pequeno precisava é de outras condições de justiça e que por exemplo, há mais de 3 mil milhões para criar Tribunal, mas não dinheiro para pagar os funcionários do GIME no Príncipe; estão há cinco meses sem receber, desde Março. E funcionário de GIME é povo pequeno. Sr. Primeiro-Ministro, eles estão há cinco meses sem receber.

Os hospitais não têm medicamentos. Internamente não há bolsa; não há bolsa interna nem externa. E mais! Há uma questão. Agora, Sr. Primeiro-Ministro, tenho em mãos uma nota que diz o seguinte: Para os devidos efeitos, vimos informar a Vossa Excelência que a verba inscrita no Orçamento 2017 para afectar encargos de actividade de evacuação de doentes da Região Autónoma de Príncipe, encontra-se esgotada. Eu gostaria de saber, Sr. Primeiro-Ministro, o que é significa isso? Mandar uma nota dessa para a Região Autónoma do Príncipe significa o que é? Dizer lá as autoridades que a partir de hoje, quem fica doente, se precisar de deslocação, vai morrer! É ou não é?

É ou não é? Eu gostaria que o Sr. Primeiro-Ministro explicasse-me isto. E eu quero fazer recordar o Sr. Primeiro-Ministro que, normalmente, quem precisa de evacuação é o povo pequeno.

Eu agora, lanço um desafio aos Srs. Deputados, todos aqui nesta Casa Parlamentar, principalmente os Deputados da maioria, que podem aprovar tudo e reprovar tudo, quando interessa, quando não interessa. Porque eu, na especialidade, vou apresentar uma proposta de desvio de alguma verba para evacuação de doentes da Região Autónoma do Príncipe. E eu quero ver aqui nesta bancada, sobretudo do ADI, tem Deputados que dizem que gostam muito do Príncipe. Eu quero ver se vão reprovar, ou se vão aprovar essa proposta. Porque a verdade é que não podemos estar no Príncipe, sem garantia de evacuação de doentes.

Há injustiças muito claras, Sr. Primeiro-Ministro. E eu também vou-lhe pedir que faça um esforço para também desviar um pouco da sua verba, o senhor tem cerca de pouco mais de um bi, mais de mil milhões, cerca de mil milhões, seiscentos e cinquenta milhões de dobras para viagens! O Primeiro-Ministro tem! Que gosta muito de povo pequeno, está com mil milhões, seiscentos e cinquenta milhões de dobras para viagens

Vozes: — Quê quá!

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Para evacuação de doente no Príncipe, zero!..

Vozes: —: Quiê!...blúcu!

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Por isso, é que eu, às vezes, nesta Casa Parlamentar, costume solicitar, eu já perguntei até ao Ministro, que costuma estar cá... Hoje pergunto directamente ao Sr. Primeiro-Ministro, que tipo de povo pequeno esse Governo defende? Não sei se é povo pequeno, por natureza que tem corpo pequeno, ou se é povo pequeno, daqueles que não têm condição social, porque aqueles estão a morrer, estão a ser mortos, estão a sofrer, por causa de uma política que, de facto, não lhes interessa.

Eu, de momento, fico por aqui. Fico a espera das respostas, sobretudo da questão da evacuação dos doentes do Príncipe.

Ah não! Só mais uma questão: No meio de tudo isto, Sr. Primeiro-Ministro, é necessário... porque isso também, eu queria aqui pedir também aos Deputados.

Porque hoje, nós assistimos coisas, que, é moda dizer, há quarenta anos. Eu creio também que, há quarenta anos que nós não assistíamos, uma família, dentro da sua casa, e ter indivíduos armados a ir tirar pessoa dentro de casa..., quer dizer, anteriormente violava-se mulher..., uma mulher, se estivesse a passar

numa zona sem movimento,... alguém que soubesse que uma mulher costuma a passar sempre aí, ia lá esperar a senhora para cometer este tipo de crime. Mas, minha gente! Chegamos a um ponto que não dá para suportar. Um chefe de família está dentro da sua casa, e ele é surpreendido com pessoas armadas que arrebentam a porta. Ele fica preso, levam a mulher, ou a sobrinha, ou a filha para mato, praticar acto sexual, depois trazer para casa.

Quer dizer, se o cidadão já não tem segurança, dentro da sua casa, então nós estamos perdidos. E o mais grave nisso é o quê? É que dentro de pouco tempo, toda essa gente está solta. Se é uma questão de lei, Sras. e Srs. Deputados, então vamos alterar isso o mais rapidamente possível, para que essas pessoas sejam punidas.

Porque isto não pode continuar! Se é uma questão de lei, se não existe ferramenta para que essas pessoas sejam punidas, então vamos alterar a lei. Porque isto não pode continuar! Isto não pode continuar! Se o cidadão não tem paz dentro da sua casa, então o Governo, que tem a obrigação de garantir a paz do cidadão tem que fazer mais por isso. Por isso, estranha-me muito, haver criação de uma verba para criação do Tribunal Constitucional e não haver verbas reforçadas para que se tome medidas para a prevenção e para punição, quando for o caso, das pessoas que cometerem esse género de crimes. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**:— Gostaria de convidar o Senhor Primeiro Ministro, ou a quem indicar para responder algumas perguntas já aqui colocadas.

Aplausos do MLSTP/PSD

Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Levy Nazaré

O Sr. **Presidente** (Levy Nazaré): — Srs. Deputados têm algumas questões a colocarem? Estão à espera da resposta do Governo. Obviamente, Governo se não quer usar da palavra, tem a palavra quando quiser, tem o seu tempo. Os Deputados também têm a palavra, têm o seu tempo. Não havendo...

Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro de Finanças, Comércio e Economia Azul**: — Muito obrigado Sr. Presidente.

Para responder algumas questões aqui levantadas pelos Srs. Deputados, eu na minha primeira intervenção disse que não houve alteração em relação à infra-estrutura, que este sector continua prioritário; eu me referia aos investimentos. Se nós vemos, portanto, o sector de Infra-estruturas, Recursos Naturais e Meio Ambiente continua a ter uma percentagem de 25,77, em termos de investimentos, contra 10,77, no sector da Educação. Portanto, referia-me, precisamente, aos investimentos.

Outra questão que foi levantada pela Deputada Maria das Neves, financiamento interno, houve realmente uma diminuição de financiamento interno, tendo em conta que, houve uma reorientação. Primeiro, daquilo que é ajuda orçamental para projectos concretos, porque segundo os cálculos, aquilo que não é directamente alocado a projectos, eles têm que contar para o défice primário. Por isso, nós temos que fazer uma diminuição daquilo que era considerado como financiamento interno, realoca-lo para financiamento como doação e assim, a outra parte, que será só puramente ajuda orçamental, contará para o saldo primário. Portanto, isso é um dos motivos.

O segundo motivo é porque nós baixamos a fonte de recurso, alienação-privatização, porque de acordo com as discussões que nós temos tido com as instituições de Bretton Woods, e tendo em conta o acumulado das dívidas atrasadas das empresas para com alguns fornecedores, é necessário que a poupança que se vier a fazer, em termos de alienação seja utilizado para amortizar, gradualmente, as dívidas atrasadas dessas empresas. Daí que, nós reduzimos, consideravelmente, essa fonte de recurso no Orçamento. Portanto, a primeira questão sobre a realocação do financiamento do apoio orçamental do Banco Mundial para projectos e da água e saneamento, afectou, portanto, a diminuição da fonte do recurso do tesouro.

A questão do Deputado Danilson Cotú, houve sim alteração das taxas, taxas, não impostos, taxas. E essa actualização das taxas decorre do próprio Código Tributário. Portanto, as taxas, como são valor fixo, anualmente, elas têm que ser actualizadas. Isso está no Código Tributário que é uma lei. Daí que houve necessidade de actualizar essas taxas, porque desde a aprovação do Código Tributário, em 2009, até então, não houve actualização nenhuma das taxas. As taxas estão em valor fixo, fixo! Por isso, anualmente, há necessidade de actualizá-las, em função daquilo que diz o Código Tributário.

Uma Voz: — Quanto?

O Sr. **Ministro de Finanças, Comércio e Economia Azul**: — Eu não tenho a certeza, mas parece-me 146. Eu não tenho a certeza! Mas há um artigo próprio.

Outra questão levantada pelo Deputado António Barros, em relação a Príncipe. Portanto, isso é uma nota, é um procedimento normal. A verba está inscrita, ela esgotou-se não se pode fazer despesa sem ela ser reforçada. Por isso, o sector comunica o beneficiário para ele formular uma proposta de reforço e

depois, quando ele formula a proposta de reforço, há uma autorização e depois essa verba será reforçada. Aliás, isso é um procedimento que acontece todos os anos. A verba inscrita para evacuação de doentes do Príncipe esgota-se, normalmente ao meio do ano. É necessário recorrer-se a reforço. Portanto, para que o Príncipe, as instituições que a executam saibam que a verba está esgotada é preciso comunicar. Quando se comunica, a instituição beneficiária formula um pedido de reforço, autorizado pelo Ministro e a Direcção do Orçamento procede o reforço e continua a pagar as despesas. É isso que aconteceu. Portanto, pelo que sei, nunca houve problemas em relação a reforçar as verbas com a evacuação de doentes. Obrigado.

Entretanto, reassumiu a presidência o Sr. Presidente, José Diogo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Manuel da Glória, o favor para ocupar o lugar do Sr. Deputado Aérton do Rosário, porque o mesmo quer fazer algumas perguntas.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Obrigado Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, os demais Ministros, muito boa-tarde.

O ministro das Finanças, quando respondia, a questão do Deputado Danilson Cotú, disse que há um artigo no Código Geral Tributário que obriga a actualização das taxas, anualmente. Eu tenho Código comigo. Já percorri todos os artigos do Código Geral Tributário e não vejo o artigo que refere o Ministro das Finanças. Eu gostaria que ele esclarecesse melhor a intervenção que fez.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro de Finanças.

O Sr. **Ministro de Finanças, Comércio e Economia Azul**: — É só para especificar o artigo em que fiz referência: o artigo 107.º da Lei n.º6/2007.

Murmúrios

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Obrigado Sr. Presidente.

Eu fiquei com alguma confusão: porque, quando o Sr. Ministro diz que as taxas são fixas e elas têm que ser actualizadas, até aqui tudo bem. Mas a minha preocupação é porque é que a actualização tem que ser sempre no sentido de agravar e não no sentido de reduzir o valor da taxa?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Aérton do Rosário, tem a palavra:

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O artigo que o Sr. Ministro das Finanças faz referência, pela minha interpretação, e pelo n.º 2 do mesmo artigo, não me parece que o Governo tenha razão.

Porque o n.º 2 diz assim: «o coeficiente anual da actualização será publicado no Diário da República, com pelo menos 1 mês de antecedência, em relação à data da sua entrada em vigor, mas nunca posterior a 31 de Março a do ano a que se destina».

Estamos em que mês? Sr. Ministro das Finanças! Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro de Finanças, Comércio e Economia Azul**: — Bom! Eu acho que está gerando alguma polémica em relação à essa interpretação, mas essa actualização foi feita desde o ano passado.

O Governo pediu actualização legislativa, fez alteração e ela entrou em vigor no Orçamento do princípio do ano. Na base da alteração legislativa, ou do Orçamento, é que está!

Em relação à outras taxas que nós alteramos, estamos a falar de taxas alfandegárias, elas foram direccionadas principalmente para bebidas alcoólicas, alguns produtos que nós consideramos que devem ser alterados para permitir incentivar a produção interna, nomeadamente, quando se fez referência aqui em relação a enchidos e charcutarias, nós sabemos que temos uma produção já razoável de fragos e de suínos, eu acho que há necessidade de tomar algumas medidas para incentivar a produção e consumo desses produtos.

O imposto é um instrumento que é utilizado, normalmente, para regular o consumo de determinados produtos; tanto para incentivar a produção local, ou também para diminuir ou proibir a importação de determinados produtos que podem ser nocivos à saúde.

Portanto, é nessa perspectiva que se fez a alteração de algumas taxas alfandegárias.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú para uma intervenção.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Obrigado, Sr. Presidente. Agora, é que eu fiquei totalmente embaralhado com a perspectiva em que Sua Excelência Sr. Ministro das Finanças tentou explicar a situação.

É que, eu acho que inverteu-se o sentido das coisas: primeiramente tinha-se que garantir a auto-sustentabilidade, ou seja, garantir que a produção interna fosse em quantidade suficiente para o mercado interno, para cobrir a necessidade das pessoas, só então aí sim, poder-se-ia avançar com uma medida proteccionista.

O Sr. Ministro disse que se vai aumentar os impostos, como forma de incentivar a produção interna. Inverteu-se o sentido das coisas. Como é que se vai incentivar a produção interna, aumentando taxas? Não tem como! É inverter o sentido da coisa: é no dia de chuva, os senhores que são de Mé-Zóchi sabem! Dia de chuva, a população que comprava um quilo de coxa, não está a ir comprar mais! A fome vai piorar. Mercado interno não está a cobrir, meus senhores. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, boa-tarde.

Bom! A minha intervenção, se venho tomar palavra aqui, é para dizer que: Eu estou cá, há algum tempo, mas também tenho acompanhado várias discussões do Orçamento Geral do Estado nesse país, e nós tivemos em vários momentos, Orçamentos perfeitos, mas que o País continua durante muito tempo, cheio de defeito. Por isso, muitas vezes, quando se coloca defeitos nos orçamentos que estão aqui apresentados é preciso nós sabermos que este não é o primeiro orçamento da República. E logo, outros orçamentos foram tão perfeitos, volto a dizer, que o País continuou durante muito tempo, e porque não continua com defeitos.

Eu recordo bem também, uma das intervenções que fora feita aqui, um dos Deputados dizia que este Orçamento Rectificativo, o Governo tinha dito de facto que, iria apresentar um Orçamento Rectificativo. Eu entendi que a apresentação de Orçamento Rectificativo, ao contrário do que foi aqui dito, é cumprir, de facto, com a promessa que o Governo tinha feito que ia apresenta o Orçamento. Não disse que o Orçamento Rectificativo ia implicar que tudo ia melhorar, não é, mas que era uma forma de cumprir com o que está previsto e é uma forma de corrigir, e é preciso nós também assumirmos que, de facto, devemos, quando as coisas necessitam de ser ajustadas, corrigidas e termos coragem de fazê-lo. Eu acho que é mais uma atitude de coragem do Governo, do Primeiro-Ministro, e não o contrário, como ouvimos aqui.

Eu precisava de facto, porque muitas vezes esses aspectos são aspectos políticos mais do que técnicos, o Sr. Ministro das Finanças fez muito bem a referência à questão de incentivo à produção e o consumo de produtos locais, eu acho que qualquer cidadão são-tomense ou não, que se preze, deve, de facto, entender que nós precisamos de incentivar a produção e o consumo de produtos locais. Recordo bem que, há muito estamos a dizer que o nosso país vive de ajuda externa, logo nós precisamos de incentivar a produção e consumo de produtos locais e estas medidas que o Governo tem estado a tomar no sentido de incentivar a produção e consumo de produtos locais devem ser vistos, do ponto de vista de políticas positivas para o próprio país, e todos devíamos nos engajar neste sentido.

Porque de facto é preciso nós aumentarmos a nossa produção local para nós diminuirmos, de facto, a importação. Como sabem, nós passamos a importar muito e nós precisamos de produzir mais. Recordo que a intervenção do colega Deputado que é agricultor também, sempre a sua intervenção nesta Casa é de nós produzirmos mais. Por isso, que eu também venho juntar essas palavras desses nossos colegas e do próprio Governo que incentiva à produção, que passemos a produzir mais.

Outro aspecto importante é que o Sr. Primeiro-Ministro, na sua intervenção, disse bem que o Governo está a fazer o que pode ser feito. Eu diria mais o Governo está a fazer muito, com o pouco recurso que tem. Porque, se de facto, se de facto, no nosso país, se cada Governo tivesse feito a sua parte, sobretudo, muitas questões que o actual Governo está a fazer, no que concerne à obras, que se, de facto, nós tivéssemos tido atenção em avançar com esses projectos e essas obras, nós estaríamos a pensar noutras coisas.

Reparem! Nós estamos a ver a questão de energia; nós estamos no século XXI, muita gente fala de muita coisa, mas creio eu há muita comunidade em São Tomé e Príncipe estava sem energia. E esse não é o primeiro Governo da República, voltou a dizer!

Por isso, alguns aspectos que esse Governo está a fazer são questões que deviam ter sido feitos por muitos outros Governos: questão de estrada, de água potável à comunidade, questão de energia, reparem! Tudo isso, eu volto a dizer que são aspecto que os outros Governos deveriam de facto estar a fazer. Porque é mais fácil nós criticarmos, mas na hora de nós assumirmos que de facto, o Governo está a fazer alguma coisa, nós essa parte, tentamos escamotear! Porque é normal, tratam-se de questões políticas. Por isso, eu acho que o Governo deve continuar no seu caminho, deve fazer seu trabalho. Já disse isso aqui e vou voltar a dizer que no momento em que o Governo tiver, é a população de facto que irá avaliar as acções do Governo e o momento de avaliação nós sabemos que há-de aparecer. Por isso, nesta minha primeira intervenção fico por aí e muito obrigado.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Peço a palavra e o senhor não me dá palavra. Isso é regimental Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, senhor pode lembrar, o pedido de esclarecimento eu registo e por isso eu tinha chamado um Deputado para intervir e não vou interrompe-lo para dar ao senhor o pedido de esclarecimento. Portanto, logo que ele acaba de terminar eu chamo ao senhor para poder colocar a sua questão ou pedido de esclarecimento. Tem a palavra o Sr. Deputado Aérton Rosário para uma intervenção.

O Sr. **Aérton Rosário** (MLSTP/PSD): — Nas respostas que o Sr. Ministro das Finanças deu aqui apresentou argumento da subida das taxas como uma forma de incentivo a produção local. Através do orçamento enviado pelo Ministério das Finanças aos Deputados da Assembleia Nacional, eu vou contrariar isto. Eu assim que ouvi o Sr. Ministro das Finanças ao artigo 8º número 6 da lei do orçamento. O número 6 diz o seguinte. São alteradas a taxa dos impostos sobre o consumo que incide sobre os produtos e mercadorias de produção local nos seguintes termos.

A taxa para bebidas alcoólicas incluindo cerveja nacional é de 25% e outras. Outras bebidas não alcoólicas, quer dizer se alguém fizer um sumo natural produzido localmente passa a ter uma taxa de 5%. Então, que tipo de incentivo o Governo tem estado a promover em São Tomé e Príncipe? Esta é a pergunta que deixo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros para uma intervenção.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, eu só vou usar da palavra porque de facto eu preciso pedir um esclarecimento mas eu aconselho a mudar de atitude. O senhor é Presidente da Casa Parlamentar, o senhor é Presidente de Assembleia Nacional. Sr. Presidente tem que de facto seguir aquilo que está na lei. Nós juramos cumprir e fazer cumprir a constituição e as leis. O meu pedido de esclarecimento é simples porque quando o Sr. Ministro das Finanças respondeu e porque as pessoas estão a me ligar e solicitar, o povo pequeno de GIME é que está a me pedir para solicitar o Governo porque o Governo não me respondeu. O povo pequeno lá de Príncipe está há cinco meses sem receber e não ouvi uma resposta do Sr. Ministro das Finanças. Era só isso.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças para responder as questões apresentadas.

O Sr. **Ministro das Finanças, Comércio e da Economia Azul** — Só para dizer ao Sr. Deputado Aérton do Rosário que eu sei o que digo porque quando digo, digo com alguma certeza. Anteriormente o imposto sobre consumo sobre outras bebidas era 20% e havia só um imposto consumo sobre produção local. O que fizemos é separá-los. Aquilo que são bebidas alcoólicas que são as cervejas e outros produtos houve muita reclamação e quem tem produção local sabe que as empresas de produção local pagavam um imposto consumo muito alto e alguns não pagavam, então nós fixamos um valor mínimo que se pode pagar. Os informais, claro que não pagavam. Os formais pagavam e por isso é que estou a dizer que é um incentivo. Porque anteriormente os informais não pagavam, os formais pagavam 20% e agora reduzimos e fixamos em 5%.

Em relação a GIME, não é questão desse Governo e aliás quando entramos, encontramos atrasos consideráveis do GIME e neste momento há um atraso de três meses de pagamento que já foi processado e está de caminho para pagamento do grupo de GIME. E podem confirmar, são três meses.

O Sr. **Presidente**: — Quero apenas esclarecer uma situação que está a tornar recorrente. Toda gente está a pedir pedido de esclarecimento e assim queria dizer o seguinte. O regimento no artigo 102 - Pedido de esclarecimento.

1- O uso da palavra para o esclarecimento limita-se a formulação sintética da pergunta e da respectiva resposta sobre a matéria em dúvida enunciada pelo orador que tiver acabado de intervir.

2- Os Deputados que queiram formular o pedido de esclarecimento devem inscrever-se no tempo da intervenção que o solicitou sendo formulado e respondido pela ordem de inscrição.

Não é tão linear assim que logo que pediu intervém logo. Há uma ordem de inscrição e então eu vou inscrevendo e em função das ordens vou dando. Está claro? Interrogar o orador dispõe de três minutos para cada intervenção. Não quer dizer que quando pede, logo automaticamente tem que dar. Eu dou, e espera como eu fiz.

Chamei o Sr. Deputado Aérton Rosário e só depois é que dou palavra ao Sr. Deputado. Está tudo claro porque o regimento diz isso. Não estou a inventar nada. Porque quando faz intervenção dizer que o Sr. Presidente viola, eu tenho que dizer o que é que fiz.

O Regimento é que coordena tudo. Por favor vamos cingir a aquilo que está no Regimento. Ainda estamos na continuidade do nosso debate e portanto gostaria de saber se há mais Deputados querendo intervir. É o momento próprio para poder fazê-lo.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Xavier Mendes para uma intervenção.

O Sr. **Xavier Mendes** (PCD): — Estamos na análise e discussão do orçamento rectificativo para 2017 e eu pensava que este rectificativo fosse efectivamente para melhorar as condições de vida da população e pelo contrário não vir agravar mais as condições de vida. Há bocado falamos da questão dos frangos, dos enchidos e esquecemos de falar dos pneumáticos. É certo que são os pneumáticos de ocasião que é esse que a população serve-se porque não tem capacidade para aquisição de novos embora com os perigos rodoviários inerentes mas é com esse que a população se sobrevive o que vai acarretar mais custo de transporte para população.

Portanto, pensava que iria ser um orçamento mais facilitador para população e não mais gravoso. Mas, entretanto Sr. Primeiro-Ministro, aqui falou na questão de emagrecimento do orçamento. Mas quando se começa a ver algumas rubricas, nós pensamos pôr interrogação nessa afirmação. Despesa com o pessoal. Em 2014, essa despesa era de 560 mil milhões e hoje projectado para 2017 são 701 mil milhões. Vencimento 307 mil milhões mas o mais aparatoso disso é que outras despesas com o pessoal são de 377 mil milhões ou seja é maior a despesa com o pessoal do que o próprio vencimento do salário que é uma aberração. É uma aberração total e completa na minha perspectiva. Vamos a viagens.

Em 2010, as viagens eram de 10 mil milhões e hoje está projectada para 14 mil milhões. Combustível era de 6mil milhões hoje vai para 18 mil milhões, comunicação era de 24 mil milhões e agora vai para 30 mil milhões. Quer dizer, vamos emagrecer aonde, então? Mas há uma outra questão que é exercício findo, que vem nos encargos gerais do Estado. Vem projectado em 2016, um valor de 35 mil milhões no TOFE (Tabela de Operação Financeira de Estado) vem para 2017 rectificado 35 mil milhões embora que em 2016 foi consumido cerca de 60 e tal mil milhões. Mas quando vamos a descrição em última tabela do orçamento a inscrição dos encargos gerais do Estado nós vemos um montante de 213 mil milhões, para pagar o quê Sr. Ministro? Quais foram as dívidas que foram contraídas em 2016 para ter esse volume tão grande até contrariando o próprio TOFE?

O TOFE vem 36, 35 e a soma de 10 mais 210 são 213 mil milhões. Outra questão Sr. Primeiro-Ministro é que a taxa, enquanto que o imposto é percentual cada um paga consoante o seu rendimento a taxa não. Toda gente paga. Rico, pobre, toda gente paga taxa. O que estamos a dizer é que há um excessivo aumento de taxa. O ajustamento excessivo e, é isso que estamos, a discutir. Tem que ser ajustada. Mas o salário aumentou quanto? Quer dizer, estamos com taxa de rico para país pobre. E outra questão para finalizar era sobre a questão de eficácia e eficiência. Sr. Primeiro-Ministro usa muito esse termo. A eficácia e eficiência na aplicação de dinheiros públicos. Eu pertencia 13º Governo. E do 13º Governo foram feitas as seguintes pelo Primeiro-Ministro Rafael Branco. Portugal onde foi buscar 50 mil milhões que até hoje estamos a comer, desculpa o termo.

Nigéria 30 mil milhões dos quais vieram 10 mil milhões, do Brasil trouxemos Centro de Formação Profissional, Angola foi-se buscar 11 mil milhões, de Espanha transformou-se um crédito de 6 milhões de dólares em donativo de 6 milhões de dólares. São cinco viagens num montante arrecadado 71 mil milhões. Agora em termo de eficácia e eficiência Sr. Primeiro-Ministro, senhor fez demais de não sei tantas viagens, 30 viagens. Diga-me qual é a eficiência e eficácia dessas suas viagens no exterior?

Aplausos de MLSTP/PSD e PCD.

O Sr. **Presidente**: — Será que posso interpretar esse silêncio como algum cansaço? O nosso debate é para dois dias. Temos o dia de hoje e de amanhã. Portanto, se não houver outras perguntas a colocar e assim solicito ao Governo se houver mais alguma intervenção neste debate caso não voltaríamos se calhar a convidar até para se cessa a sessão de hoje e continuar a sessão amanhã. Esta é uma sugestão que está em aberto. Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Amado para uma intervenção.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Estamos nesse momento a debater o orçamento rectificativo que o Governo submeteu a esta Augusta Assembleia. Eu devo dizer que quem tem que aprovar o orçamento não somos nós da oposição. Quem tem que aprovar o orçamento é o ADI. Portanto, o ADI nesse momento tem mais de 3 horas para fazer intervenções e nós como é óbvio temos pouco tempo.

O nosso tempo é limitado e temos mais ou menos 20 minutos para fazermos intervenção o que significa dizer se formos nós só a intervirmos aqui quer dizer que depois da nossa intervenção já não há mais espaço e caberá os Deputados de ADI defender o orçamento rectificativo que o seu Governo apresentou. Pelo menos é assim que deve ser e assim é que manda a ética na casa parlamentar. Mas é evidente que não havendo esse exercício e não querendo convencer, da razão porque é que este orçamento rectificativo foi apresentado.

Qual é o benefício que traz esse orçamento para a população são-tomense que deveria ser a vossa participação com o tempo que têm de mais de três horas de relógio para nos convencer para podermos sim

realmente dizer que esse orçamento podemos votar a favor ou abster, qualquer coisa que não seja sairmos daqui com impressão de realmente que a impressão que temos é um orçamento que não resolve problema da população são-tomense. Passando um pouco e com tempo que temos mas estando cá tenho que como é certo tocar um pouco neste orçamento que é o orçamento que foi-nos apresentado que deveria ter sido apresentado conforme o prometido desde o mês de Abril. E esperamos tanto tempo por esse orçamento e hoje estamos no mês de Agosto, praticamente.

Estamos a receber este orçamento que não sabemos para quanto tempo o Governo irá precisar disso em mês de Outubro que terá que nos apresentar um novo orçamento. Quer dizer que este orçamento que estamos a aprovar agora em Agosto praticamente para que em Outubro o Governo tem que nos apresentar um novo Orçamento Geral de Estado. Esse orçamento que julgávamos ser um orçamento que vinha para resolver problema da população uma vez que o Governo antes de aprovação do orçamento disse-nos que já tinha mobilizado cerca de 98% do orçamento.

E estamos dar conta agora que o Governo diz-nos que enfim, estamos com muita dificuldade financeira, dependência económica com o exterior e por aí fora. Então, alguma coisa está a passar. O Governo não diz a verdade as pessoas e estamos cá para ouvirmos a verdade para sermos esclarecidos e aliás somos 55 Deputados nessa casa parlamentar e sabemos que o povo lá fora grita por uma vida tão difícil que tem e eu acho que os Deputados do grupo parlamentar do partido de poder que são 33 Deputados que representam o povo de São Tomé e Príncipe não podem de forma nenhuma manter impávido e serenos apreciando o sofrimento deste povo e não dizer alguma coisa para que o Governo possa mudar a sua postura. Porque os orçamentos são feitos mas a política depende da sua aplicação.

E é isto que satisfaz as pessoas. Quando nós pegamos num orçamento que encontramos que nada tem a ver com o crescimento económico do país, um orçamento que não faz referência a oportunidade para a juventude, um orçamento que não faz referência aos problemas sociais que temos nesse país. Nós dizemos que orçamento é esse Sr. Primeiro-Ministro? Que orçamento nos traz para aprovarmos?

As taxas agravarem é uma coisa mas quando falamos dos impostos que agravam, vamos dar conta que todos impostos aplicados aqui em São Tomé no seu Governo são equivalentes em proporção a aquilo que é aplicado em Portugal. A mesma percentagem que paga-se em Portugal por vinho, bebidas alcoólicas e cigarro é a mesma percentagem que se aplica aqui em São Tomé. Quando o salário mínimo lá está acima de 12 milhões e o salário mínimo aqui é de 1 milhão e cem mil dobras. Portanto, o valor se fizermos a conta é a mesma coisa. Se pagam lá três euros, pagamos aqui também três euros. Aí está a diferença. É que estamos a copiar de lá para cá e fazermos orçamento na calada da noite que até os quadros são trocados.

Risos e aplausos de MLSTP/PSD e PCD.

Actualização de taxa Sr. Ministro. Se vamos actualizar a taxa para impedir a entrada de produtos nocivo a saúde, Sr. Ministro, não é com agravamento da taxa. Como é que podemos aceitar que o produto nocivo a saúde da população entra para o país e vamos tirar proveito com agravamento da taxa? Temos que proibir a entrada desse produto no território nacional. Se é nocivo a saúde da população tem que ser proibido. Como é que dão a população de comer aquilo que mata. Não pode ser. Tem que se proibir. Se me vem dizer que agravamento das taxas é para fazer aumentar a produção local, se a preocupação é tão grande assim e se queremos aumentar preço de carne, dos enchidos etc., etc. Porque vamos incentivar a produção local Sr. Ministro, então porque não retirar a taxa sobre importação de ração?

E porque não retirar a taxa sobre importação de medicamentos para aqueles que fazem criação? Temos que eliminar essas taxas para aumentar a produção. Porque não retirar a taxa sobre importação de material genético? Temos que retirar essas taxas para aumentar a produção. Daí que tudo isto que nos diz é falso e este orçamento é um orçamento falso. Daí que para não roubar mais tempo do meu grupo parlamentar, gostaria de dizer ao Sr. Ministro que nós estamos preocupados com a situação que passa neste país.

Nós já dissemos aqui quando trouxeram para São Tomé as tropas ruandesas cujo orçamento que se tem utilizado para alimentação desses homens, segundo consta 100 milhões de dobras por dia para um país como São Tomé e Príncipe com tantas dificuldades que temos. E por outro lado, dissemos aqui que vieram aqui aprender atirar na cabeça das pessoas. Atirar para cabeça das pessoas.

Aplausos de MLSTP/PSD.

Como resultado atiraram para cabeça de um jovem que enfim morreu. Estamos aqui todos Sr. Primeiro-Ministro...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Jorge Amado, desculpa lá dizer isso. Desculpa colocar alguma ordem porque nós estamos a falar de orçamento rectificativo e escusamos deixar de falar coisa que não tem a ver com o orçamento.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Estamos a falar de generalidade. O senhor não pode interromper.

O Sr. **Presidente**: — Coloquemos alguma ordem na nossa intervenção.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Estou falando na sede do orçamento na generalidade. Por esta razão Sr. Primeiro-Ministro o meu grupo parlamentar está aqui hoje e outros grupos parlamentares de oposição estamos de luto, viemos de luto. Gravata preta, fato preto para demonstrar o nosso repúdio contra esta forma de criar condições para que as pessoas possam atirar a cabeça do povo e matar o povo. Daí que fico por aí Sr. Primeiro-Ministro e sei que não agrada a minha forma de ser e falar mas, enfim, terá que suportar.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel da Costa Alegre para uma intervenção.

O Sr. **José Manuel** (ADI): — Eu faço intervenção apenas para partilhar com os Srs. Deputados o meu entendimento daquilo que é o orçamento rectificativo e daquilo que é a perspectiva do Governo nesse orçamento segundo meu entendimento na base das leituras que fiz. Entende-se orçamento rectificativo como um ajuste e fez-se apelo aí a solicitar debates, intervenções. Sras. e Srs. Deputados este orçamento está a rectificar o orçamento de 2017, cujos debates já se deram aqui e grandes partes dos argumentos já foram esgrimidos aqui nesta casa.

Eu acho que o debate devia-se versar somente naquelas rubricas que sofreram alteração, que foram rectificadas. Logo está-se a perder tempo com coisas desnecessárias no meu ponto de vista, onde a nossa atenção devia ser voltada para onde foi rectificado. E no meu entendimento esse ajuste foi necessariamente para quê? Para que as receitas sustentassem verdadeiramente as despesas. Isso requer o quê? Requer que é necessário incentivo da baixa de despesa e incentivo para o aumento de receita de maneira que verdadeiramente as receitas do país pudessem sustentar as despesas.

E não vejo sinceramente no mais íntimo do meu ser, não vejo a necessidade de diversos argumentos que foram esgrimidos aqui no âmbito da discussão desse orçamento. Estou a falar sinceramente no íntimo do meu ser. E o que me estranha mais é a abordagem do Sr. Deputado Jorge Amado quando faz referência de que em vez de aumento de taxa imposto para incentivar digamos a receita devia-se proibir a entrada desses produtos. Foi dito aqui pelo Sr. Deputado. Então já porque não identificou esses produtos então está a dizer que esses produtos onde o Governo pretende aumentar a taxa e ao invés de aumentar a taxa está a aconselhar o Governo a proibir entrada desses produtos.

E quando eu falo, estou a fazer referência a aquilo que o Sr. Deputado disse. No âmbito daquilo que o Governo está a taxar em vez de taxar devia proibir a entrada desses produtos, dito pelo Sr. Deputado Jorge Amado. Portanto, na minha perspectiva estamos a fazer um mau trabalho a população. Um orçamento que já foi discutido e debatido aqui devia-se versar o debate essencialmente para as partes que foram alteradas ou seja, as partes que foram ajustadas quer no âmbito das despesas quer no âmbito das receitas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Amado para direito a resposta.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Muito obrigado Sr. Deputado José Manuel, porque quebrou o silêncio. Eu acho que é assim e gostei de vê-lo aqui a falar e defender como defendeu o orçamento que o Governo colocou. Mas quero dizer uma coisa, para mim esse orçamento é um orçamento novo, não é o mesmo orçamento que nós aprovamos aqui.

Portanto é novo. Não é só porque veio rectificar umas ou outras rubricas. Segundo, é que quando se fala de um produto nocivo quer dizer que é um produto que faz mal, que mata. Se é um produto que mata, não se pode taxar mas sim tem que se impedir a entrada no território nacional. Como é que vamos taxar um produto que mata?

Que faz mal as pessoas. Queremos ganhar dinheiro com um produto que mata? Com isso é que vamos aumentar receita de Estado com um produto que mata as pessoas? Portanto, estou a dizer que está no orçamento e o Sr. Ministro disse aqui para impedir a entrada de produtos nocivos a saúde das pessoas. Então para impedir não se deve taxar. Deve-se impedir a entrada e não taxar.

Aplausos de MLSTP/PSD

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Costa Alegre para uma intervenção.

O Sr. **José Manuel** (ADI): — Apenas para dizer que o Sr. Deputado disse que produtos que mata. Produtos nocivos são produtos que em determinados momentos podem originar danos a saúde e com isso eu entendo que se eu habitualmente nas minhas refeições uso um ou dois copos de cerveja, um copo de vinho, de certeza que esse elemento não é nocivo para minha saúde.

E se eu exagerar no consumo desse produto necessariamente vai-me fazer mal e como é que eu crio mecanismo para não acontecer o exagero? É criar forma que impede as pessoas de os consumir exageradamente. E, essas taxas justamente é um alerta. É alerta porquê? Porque se sei que alimentação é fundamental para minha saúde, grande parte do meu orçamento familiar deve ser voltado para alimentação e não para as coisas que podem pelo seu uso em excesso fazer mal a saúde. O meu entendimento é este.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Alda Ramos para uma intervenção.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, peço a palavra apenas para partilhar aqui um momento que eu vivi, que poderá nos ajudar a reflectir e a ter cautela...

Murmúrios.

O senhor quando interveio eu não interrompi, então agora estou no uso da palavra, deixa-me falar depois interrompe. Alguns anos atrás eu estive num determinado país e fui interpolada por um ex-deputado, eu assumo, sei o que estou a dizer em que o mesmo deputado chamou-me atenção dizendo a senhora é são-tomense e leva esta mensagem para os políticos do seu país que eles precisam organizar-se melhor, organizar a casa de forma de deixar-nos em paz e estar sempre de mãos estendidas a bater-nos as portas.

Nós também temos pobreza no nosso país, vocês que se organizem no vosso país para nos deixarem em paz. Posto isto, eu gostaria de felicitar o Governo liderado pelo Dr. Patrice Trovoada que esta tomada de posição com a relação à aumento das taxas de alguns produtos que fazem mal a saúde de forma nós aumentarmos a nossa receita é uma organização que está-se a fazer no País.

Portanto é necessário, reflectirmos tendo em conta a conjuntura internacional é necessário organizarmos nas nossas casas. Evitar de estar sempre a incomodar os vizinhos, acho que as pessoas deveriam reflectir melhor, analisar que nós precisamos de tomar essa medida de tomar essas posições. Eu ouvi, o senhor todo chateado e revoltado, vocês que se organizem e, eu não fui tratar desse assunto, fui tratar de um outro assunto, fui de férias e eu senti-me envergonhada. Um ex-deputado daquele país, se não se organizarem se calhar vamos ter que tomar o vosso país, porque vocês são de um país tão pequeno que é preciso chamar atenção aos vossos políticos.

Portanto eu trago essa mensagem para aqui e os Srs. Deputados de oposição se quiserem podem reflectir sobre assunto para bem da Nação. É bom terem cuidado, evitar de estar a fazer politiquice com os assuntos interessantes para o País. Nós todos estamos preocupados com a situação do País. O país já esteve numa situação muito caótica hoje está no bom caminho e senhores têm consciência disso e enquanto senhores tiverem com essas posições vão continuar na oposição até a morte. Muito obrigada.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Amado para uma intervenção.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Sinceramente, Sr. Presidente, senti-me bastante envergonhado nesse momento a saber que uma deputada da Nação admitiu a ouvir alguém dizer que se não tomarmos medida vão invadir São Tomé e Príncipe. Que coisa! Aceitar uma expressão dessa de um deputado qualquer, talvez de Ruanda não é?

Risos.

Só se for de Ruanda, para invadir São Tomé, para tomar São Tomé peço desculpa a Sra. Deputada terá que repensar muito bem se é são-tomense ou não.

Aplausos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Alda Ramos para uma intervenção.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — O que eu disse é que o deputado me disse. Eu não disse que aceitei, tanto é que disse que senti-me envergonhada e por não ter aceitado, então eu partilhei isto aqui.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú para uma intervenção.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — É que há coisas que me caem muito mal. Sabe que uma das coisas que se ensina a nível dos cursos de relação internacional principalmente, é de que a nível de relações internacionais nenhum Estado dá nada de graça á outro. Portanto, não sei qual foi o deputado de que país, mas ele tem um desconhecimento profundo daquilo que é o básico de relações internacionais, dizer isso é uma vergonha para ele não conhece nada disso.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD.

Segundo aspecto, eu gostaria de frisar tem a ver com a questão que se está a tentar desviar de produtos que fazem mal ou que não fazem mal. Estou a falar de produto que faz bem a saúde, alimentação, comida, eu tenho que dizer assim para povo ouvir e perceber o que eu estou a dizer.

Quando você tem na relação que se apresentou no orçamento aumento de custo águas, creio eu ser gasificada ou quê, sumo, congelados nomeadamente: frango, carne, moela, pernas de peru, etc. Pneu de ocasião vai aumentar logo taxista vai aumentar o preço de corrida do táxi, vem-se dizer que isso faz mal a saúde. Meus caros, se for para elencar, vamos falar claro o que faz mal a saúde que eu subscreverei também, mas esses aspectos não, não mintam o povo. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Costa Alegre para uma intervenção.

O Sr. **José Manuel** (ADI): — É só na sequência daquilo que disse o Sr. Deputado que me antecedeu, eu acho que o Governo sabe o que está a fazer quando faz a referência a produtos nocivos. Nessa lista do produto entra por exemplo sumo, sumo faz mal a saúde. Sumo é da bebida com maior nível de acidez a nível mundial, só para ter ideia Sr. Deputado que fez o uso da palavra o nosso sangue tem 7,45 de PH e o sumo tem 2,5 de PH, cada copo de sumo que o senhor bebe para neutralizar a acção desse sumo no seu organismo precisará de beber 33 copos de água ou seja o senhor está a beber algo ácido.

Nós adoecemos e envelhecemos porque consumimos coisas ácidas, e vamos por exemplo para caso de enchido estamos a falar de produto como chouriço, chouriço consumido em excesso também faz mal. Porquê? Chouriço para conservar é necessário o quê? É necessário, alguns elementos para conservá-lo durante algum tempo, esse produto é unitrato. Unitrato quando entra na sua garganta, ele transforma em nitrito, nitrito quando passa para o seu organismo, ele transforma em nitrosamina e nitrosamina é um produto cancerígeno Sr. Deputado, por isso que entra nos pacotes de produtos nocivos. Muito obrigado.

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — Você cresceu com vinho da palma lá na Dona Augusta.

O Sr. **Presidente**: — Vamos fazer intervenções com algumas substâncias e realmente não vejo o porquê falar de vinho de palma aqui, quando estamos a falar de intervenções que tem a ver com Orçamento. Se não houver mais intervenções relegarei a sessão para amanhã de manhã, posto isto...

Murmúrios.

...o Sr. Deputado quer sentar aqui para conduzir o debate, por amor de Deus, alguém está cá a fazer isto, respeita pelo menos a pessoa que está cá sentado. Não havendo mais assunto a ser abordado para hoje informo esta Augusta Assembleia que amanhã daremos continuidade...

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Estou a pedir a palavra Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado eu já lhe disse e li aqui que quando a pessoa pede a intervenção tem que se inscrever aguardar até que eu lhe dê a palavra e nesse momento não estou a lhe dá a palavra estou praticamente a iniciar o encerramento do debate e o senhor agora quer intervir. O senhor não manda em mim. Eu disse que amanhã, o senhor terá todo tempo para poder intervir.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Não, não, eu quero falar hoje, o MLSTP/PSD tem 15 minutos para gastar. Portanto quero falar hoje.

O Sr. **Presidente**: — Eu não sou conflituoso. Tem a palavra para uma intervenção, só espero que seja uma intervenção consequente daquilo que vai nos expor agora.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Ministro das Finanças eu fiquei muito preocupado quando o senhor respondia o Deputado do meu grupo parlamentar. O Sr. Ministro afirmou que quando fala sabe o que fala. Justamente é aqui que fica a minha preocupação. Se sabe o que fala disse que esse Governo não tem responsabilidade com o GIME e se este Governo não tem responsabilidade com o GIME estava a pensar que havia a continuidade do Estado. Nesse caso gostaria que o Sr. Ministro viesse aqui dizer quem tem a responsabilidade com o GIME, porque as pessoas que trabalham no GIME precisam de saber quem tem a responsabilidade com eles.

Outra questão também Sr. Ministro, não sei se entendi mal a sua explicação na questão que eu levantei sobre a verba de evacuação. Se não for o caso gostaria que o Sr. Ministro explicasse-me melhor porque as informações que tenho não são as autoridades regionais que têm que fazer o pedido de reforça da verba, mas sim a DAF do Ministério da Saúde em São Tomé. E neste caso aproveito oportunidade para pedir a Sr. Ministra encarecidamente que dê um tratamento nisto porque é um assunto de extrema importância e de maior urgência que haja disponível verbas para evacuação do doente.

Por último, minha gente, vamos tratar o assunto sério, vamos falar claro para população, para o povo pequeno que o Governo pretende subir tudo, alimento e tudo. Então está a subir chouriço, congelado a vida do povo pequeno vai agravar, vai subir pneu de carro, o taxista vai aumentar táxi então é essa situação que as pessoas vão viver.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Maria das Neves para uma intervenção.

A Sra. **Maria da Neves** (MLSTP/PSD):— Se eu volto a pedir a palavra é porque a falar do GIME eu também sinto-me atingida. Sinto-me atingida porque todos sabem que o GIME surgiu em 2003 na altura eu era Chefe do Governo...

Aplausos de MLSTP/PSD

...e GIME surgiu por dois motivos: Primeiro Para garantir a manutenção das estradas, gastamos milhões e milhões de verbas para reabilitar as estradas, se não deixarmos aumentar muitos buracos e formos tampando, gastaremos muito menos dinheiro na reabilitação das estradas.

Aplausos do MLSTP/PSD

Para além disso o GIME foi criado como forma de ajudar as famílias, muitas famílias encontram o seu sustento através do GIME e até hoje vêm desempenhando extremamente importante aqui nesse país. Não assumir responsabilidade de GIME significa pôr em causa a política de continuidade do Estado. Foi criado, tem beneficiado muitas famílias, quando temos no orçamento verba exorbitantes para viagem, temos no orçamento verba para criar um Tribunal Constitucional que não faz falta e não temos dinheiro no orçamento para pagar GIME que tem garantido a manutenção das estradas, porquê que não fazemos isso? Porquê que estamos a penalizar muitas famílias que já estão a ser penalizadas com aumentos de taxas, com o aumento de custo de vida e tudo mais.

Outra questão, neste orçamento é dito que a partir de 62 anos as pessoas vão para casa da forma como é dito no orçamento. Há muita gente que atinge a idade de reforma que ainda é bastante útil, porque não existe ainda as pessoas para substituir essas pessoas, eu me refiro o caso da saúde, há médicos que estão lá que são especialistas que fazem falta. Portanto, essa questão de mandar as pessoas para casa deve ser feita de forma moderada, deve-se chamar as pessoas e preveni-las muitas vezes as pessoas são surpreendidas porque têm que ir para a casa. Por isso, é natural...

Murmúrios

Srs. Deputados, o microfone está ao vosso dispor quando quiserem vêm cá falar. Não sei se reparam quando falam eu não me pronuncio, oiço atentamente e é isso que peço quando eu estiver aqui que oiçam atentamente depois vêm reagir. Portanto, Sr. Presidente, eu assumo a responsabilidade do GIME espero que outros assumam a sua quota-parte.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Xavier Mendes para uma intervenção.

O Sr. **Xavier Mendes** (PCD): — Sr. Presidente, só duas questões rápidas. A primeira é uma pergunta directa ao Sr. Ministro das Finanças para saber nesse momento quais foram desembolsos do Banco Mundial, União Europeia e do FMI ao financiamento do orçamento? Outra questão refere-se a uma problemática quem tem dono do cão, quem não tem dono do cão, quer dizer, não se pode distribuir energia se tiver central eléctrica pronta.

Não se pode distribuir água quando o plano director de água não está pronto de forma que os doadores BADEA ou União Europeia financiem. Portanto, não vamos cair em quem é quem, quem é que fez e quem não fez. Alguém falou aqui em continuidade do Estado, se não houvesse o financiamento de Taiwan 2010 para se concluir Central Eléctrica de Santa Amaro, havia energia para se distribuir? Se em Fevereiro 2010 não se aprovasse o plano director de água a União Europeia e BADEA financiavam água para a população?

Não financiavam, portanto água e energia é uma continuidade do Estado. Ninguém tem aqui o dono de saber. Por último é uma falácia vir dizer de que aumento das taxas são para aumentar a produção local, é, em alguns países é, mas não é o caso de aqui. Porque eu pergunto o Sr. Ministro de Agricultura qual é a política que ele tem para aumento e incremento de produção pecuária? Se tem feito algum esforço para aumento de produção de pecuária, são os privados é que estão a fazer. Principalmente, na avicultura e ovos, produção de carne não, precisamente a partir do Janeiro.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Amado para uma intervenção.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, é necessário desmistificarmos este problema de energia, que está-se a pôr energia em todos o lados e está-se a pôr água. Sr. Primeiro-Ministro sabe perfeitamente que participou na reunião com outros Chefes de Estados, onde ficou determinado para os países desenvolvidos, portanto no objectivo de desenvolvimento sustentável de que países como nosso têm que pôr energia e dar água a toda população e, com base nisto tem sido financiado este objectivo para ser alcançado.

Diz-se que até 2030 não deverá haver um único são-tomense que não tem energia em sua casa, energia sustentável e a preço acessível à bolso de todos. Não deverá haver um único são-tomense que não tem água potável em sua casa. Para isto, tem sido posto para esse Governo milhões e milhões de dólares de União Europeia e do Banco Mundial para levar a cabo este processo, mas mesmo assim pondo este dinheiro a disposição nós damos conta que estamos a ser roubado.

Estamos a ser roubado porque estão a tirar cabos de cobre a comercializar e a importar cabos de alumínio mais barato, mais fraco para poder colocarem energia de alta tensão. Quer dizer que o dinheiro que vem para comprar os cabos vai para o bolso e os que vendem cabos de cobre é que é utilizado para fazer extensão de energia. Com o dinheiro que o Governo recebeu dessas organizações a energia já devia estar em Santo António Muçacavú

Aplausos do MLSTP/PSD.

Portanto, deixemos de falácia e é necessário que se põem realmente energia sustentável, porque esses cabos de alta tensão que se estão a colocar a passar sobre casas das pessoas, os cabos de alta tensão não podem passar sobre casas de pessoas, não podem passar sobre os rios. Esses cabos deviam ser postos subterrâneos, porque a nova tecnologia exige que se põe os cabos subterrâneos. Amanhã o próximo Governo terá que gastar o dinheiro para rever tudo isso que vocês estão a fazer.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel para uma intervenção.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — É só para tentar esclarecer uma situação. Porque a forma tão emotiva e com uma carga de politiquice excessiva com que se está a referir a questão de GIME, quem está a nos a ouvir pensa que o Governo teria dito que não tivesse responsabilidade com GIME.

Murmúrios.

Eu acho que as pessoas têm que ser mais sérias. A única coisa que eu me apercebi é que de facto o Governo disse que a questão do GIME está em cima da mesa e que inclusive já há orientação para se pagar três meses de salário aos funcionários de GIME. Por isso, acho que devemos quebrar também esse ritmo, trazer aqui muita emoção, muita politiquice e quem ouve-nos pensam que as pessoas é que têm razão e outros não têm razão. Acho que é preciso mudarmos um pouco de rumo da nossa política.

O Sr. **Presidente**: — Acho que estamos numa Sessão Plenária? Concorde comigo que estamos numa Sessão Plenária? Vamos abrandar, ter intervenções concludentes, intervenções sérias sobre tudo isto. Tenho direito a falar também, não é? Faço uma apreciação de Sessão Plenária de hoje e gostaria que tivessem intervenções realmente interessantes para quem nos ouve. É esse pedido que gostaria de fazer. Vamos dar uma imagem de seriedade, de mais disciplina entre nós, de mais contenção e de linguagem mais moderada e tudo mais. Acho que fica bonito para todos.

Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças para uma intervenção.

O Sr. **Ministro das Finanças, Comércio e da Economia Azul**: — Como a polémica está um pouco a volta daquilo que eu teria dito sobre o GIME, venho esclarecer de que quando falei fiz a referência não é só responsabilidade desse Governo. Portanto, é um assunto que vem já de algum tempo desde a criação GIME. Como eu tenho informações porque estou na administração há algum tempo a esta parte, sei que o GIME quando foi criado, foi criado com financiamento da União Europeia com uma contra partida do Governo são-tomense.

Isto é, fundo rodoviário e contra partida do Governo são-tomense. Infelizmente, durante muitos anos o Governo não conseguiu honrar os seus compromissos de contribuição para este projecto. A União Europeia suspendeu o financiamento algum tempo a esta parte, então caberia o Governo assumir essa responsabilidade, com recursos a fundo seus. Está inscrito no orçamento montantes para o pagamento de GIME. O que eu queria dizer é que tem havido atraso nos pagamentos, mas esses pagamentos têm sido honrados, inclusive eu disse que está em curso o pagamento de 3 meses não 5 meses não como fez referência o Sr. Deputado António Barros, que está em curso o pagamento dos 3 meses que estão em dívidas, brevemente chegarão as pessoas. Aliás se notarem as pessoas têm feitos os seus trabalhos de GIME de limpeza nas bermas das estradas, isso significa que o processo está em curso, se os pagamentos se atrasarem, mas têm sido feitos.

Banco Mundial e União Europeia, ajuda orçamental feita normalmente no final do ano e é condicionada a tomada de algumas medidas de contenção por parte do Governo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Guiva para uma intervenção.

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, é só para lembrar o Sr. Ministro das Finanças aquando dessa sua última intervenção que fazia referência ao GIME e a continuidade do Estado na sequência da intervenção da Sra. Deputada Maria da Neves que o GIME foi criado desde 2003 e sucessivos Governos não faziam comparticipação da parte que referia a parte são-tomense. É só para lembrar o Sr. Ministro hoje, nessa veste, que o senhor quando chegou recém-formado, o senhor foi sempre o Director do Orçamento, também lhe cabia essa parte.

Para a minha intervenção, Sr. Presidente, referiu o Sr. Ministro das Finanças dos endividamentos com as empresas e que essas mesmas dívidas já ultrapassam a capacidade do nosso PIB portanto que pelas informações colhidas o Estado São-tomense neste momento tem uma dívida na praça superior a 100 milhões de dólares. Também é do conhecimento público que o Governo só este ano já recorreu 3 vezes as bancas nacionais para garantir o pagamento de salário com atraso.

A questão colocada é saber o Sr. Ministro das Finanças o que está acontecer e a opinião pública pede a resposta e aonde está os 98% do financiamento garantido aquando da discussão do Orçamento Geral do Estado em Janeiro? A 1ª questão e a 2ª questão, e por que temos tantas dívidas com as empresas e a praça, mas não vemos elas espelhadas no TOFE. Podemos mesmo referenciar que são dívidas ocultas, porque não vêm espelhadas no TOFE. Outra questão, o XVI Governo, o Governo da maioria do ADI, tem é a bandeira que a juventude é prioridade, que a juventude é motora, a alavanca, tanto que até esta altura tem enganado os jovens. Programou-se para o OGE 2016/2017, o empreendedorismo juvenil, os jovens apresentaram os seus projectos foram avaliados e aprovados, até essa altura nada receberam e nesse orçamento rectificativo não consta o empreendedorismo juvenil, é preciso explicar e os jovens esperam uma resposta.

O Sr. **Presidente**: — Como já havia anunciado antes dessas últimas intervenções, portanto para hoje já abordamos muitos assuntos e não sei se haverá por parte do Governo alguma intervenção a fazer, caso não continuaríamos os nossos trabalhos parlamentares amanhã por volta das 9h00, e volto frisar que temos hora marcada às 9h00.

Declaro encerrada a sessão de hoje do Orçamento rectificativo.

O Presidente encerrou a sessão às 13 horas e 50 minutos.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Carlos Manuel Cassandra Correia

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

António Monteiro Fernandes

Brito Vaz d'Assunção do E. Santo

José da Graça Viegas Santiago